



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL**

**LEONARDO GRACO DE OLIVEIRA BRAZ**

**PERSPECTIVAS DAS RELAÇÕES DE GÊNERO DURANTE A PANDEMIA DE  
COVID-19 POR JOVENS DA ESCOLA PÚBLICA**

**SÃO CARLOS - SP**

**2023**

**Universidade Federal de São Carlos**  
**Centro de Ciências Biológicas e da Saúde**  
**Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional**

**Dissertação de Mestrado:**

**Perspectivas das relações de gênero durante a pandemia de COVID-19 por jovens da  
escola pública**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da  
Universidade Federal de São Carlos.

**Leonardo Graco de Oliveira Braz**

**Orientadora: Patrícia de Oliveira Borba**

**Linha de pesquisa: Redes sociais e vulnerabilidades**

**São Carlos - SP**

**2023**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**  
Centro de Ciências Biológicas e da Saúde  
Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional

---

**Folha de Aprovação**

---

Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Leonardo Graco de Oliveira Braz, realizada em 25/04/2023.

**Comissão Julgadora:**  Documento assinado digitalmente  
PATRICIA LEME DE OLIVEIRA BORBA  
Data: 03/05/2023 14:44:14-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Patrícia Leme de Oliveira Borba (UNIFESP)

Profa. Dra. Iara Falleiros Braga (UFPB)

Profa. Dra. Livia Celegati Pan (UFSCar)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional.

## **AGRADECIMENTOS**

*À minha mãe, Maria Norma, por ser a primeira e principal pessoa a me guiar pela vida e pelo mundo; por me dar apoio incondicional em cada etapa da minha vida e por me inspirar a ser a melhor versão de mim que eu posso ser.*

*Ao meu pai, Graccho, por ter me incentivado desde muito novo a ser curioso e buscar por conhecimento e por ter sido fundamental no despertar de um olhar crítico, porém fascinado para o mundo.*

*À minha orientadora, Patrícia, por tanta parceria, empatia e acolhimento neste processo que teve início na graduação e passa por mais uma etapa com a conclusão deste trabalho. Não teria sido possível sem a sua ajuda e sua sensibilidade para tudo que permeia nossos percursos. Obrigado.*

*À minha namorada, Graziela, por acreditar em mim em momentos que eu mesmo tenho dificuldade de fazê-lo. Você faz parte desta conquista.*

*Às professoras Iara Falleiros e Livia Pan, pela enorme generosidade em suas contribuições para esta dissertação enquanto membros da minha banca.*

*Ao meu irmão, por ter estado do meu lado durante toda a minha vida.*

*Aos meus queridos amigos e amigas, a vida é mais leve e divertida com vocês.*

*À todos os jovens que contribuíram e participaram da produção deste trabalho.*

*Leonardo Graco de Oliveira Braz*

## RESUMO

A presente dissertação de mestrado discute as expressões da masculinidade hegemônica no cotidiano de jovens alunos de ensino médio durante a pandemia de COVID-19, tal como as diferentes manifestações do sexismo nas questões relativas às mudanças no cotidiano causadas pelo distanciamento físico e isolamento domiciliar. Adota-se a categoria *masculinidade hegemônica* para analisar o processo de reformulação do cotidiano, da redução de participação social e da produção de desigualdades de gênero que grupos de jovens garotos e garotas relataram experienciar no período da pandemia. A metodologia considerou a elaboração, condução e análise crítica de oficinas e grupos focais realizados com jovens alunos de ensino médio. O conjunto deste material foi todo transcrito e analisado com base nos referenciais teóricos da terapia ocupacional social e dos estudos de gênero. Dentre as considerações alcançadas nesta pesquisa destaca-se o reconhecimento pela perspectiva dos/as jovens da desigualdade entre gêneros, já existente anterior a pandemia, mas agravada neste período, acarretando em uma limitação de participação social das meninas e uma sobrecarga de responsabilidades associadas ao ambiente doméstico e aos cuidados necessários à prevenção à COVID sobre elas. Outro aspecto de destaque é em relação ao delineamento das contribuições que terapeutas ocupacionais sociais podem ofertar no campo correlacionado a juventude e a escola no sentido da criação e implementação de estratégias interventivas capazes de problematizar e construir leituras críticas e reflexivas sobre as diferentes expressões de masculinidades, sobre o machismo e as lutas feministas empreendidas para equalizar as diferenças entre os gêneros. Portanto, buscou-se compreender as formas pelas quais a construção social do conceito de masculinidade se expressa e incide no cotidiano dos jovens durante a pandemia de COVID-19, assim como desenvolver estratégias para problematização do tema da masculinidade e das desigualdades de gênero, visando provocar a elaboração de novas concepções de masculinidade baseada na equidade de gênero, utilizando noções pertencentes à terapia ocupacional social, abordando questões relativas às desigualdades de gênero e a produção de práticas de cuidado e tendo em vista a promoção da justiça social.

**Palavras-chave:** Masculinidade, Desigualdade, Gênero, Terapia Ocupacional, Pandemia, Covid

## ABSTRACT

This master's thesis discusses the expressions of hegemonic masculinity in the daily life of young high school students during the COVID-19 pandemic, such as the different manifestations of sexism in questions related to changes in daily life caused by physical distancing and home isolation. The hegemonic masculinity category is adopted to analyze the process of reformulating everyday life, reducing social participation and producing gender inequalities that groups of young boys and girls reported experiencing during the pandemic period. The methodology considered the elaboration, conduction and critical analysis of workshops and focus groups carried out with young high school students. All of this material was transcribed and analyzed based on theoretical references from social occupational therapy and gender studies. Among the considerations reached in this research, the recognition by the perspective of young people of inequality between genders, already existing before the pandemic, but aggravated in this period, leading to a limitation of social participation of girls and an overload of responsibilities associated with the household and the care necessary to prevent COVID on them. Another noteworthy aspect is in relation to the outlining of the contributions that social occupational therapists can offer in the field correlated with youth and school in the sense of creating and implementing intervention strategies capable of problematizing and building critical and reflective readings on the different expressions of masculinities, about sexism and the feminist struggles undertaken to equalize the differences between the genders. Therefore, we sought to understand the ways in which the social construction of the concept of masculinity is expressed and impacted on the daily lives of young people during the COVID-19 pandemic, as well as to develop strategies for problematizing the theme of masculinity and gender inequalities, aiming to provoke the elaboration of new conceptions of masculinity based on gender equity, using notions belonging to social occupational therapy, addressing issues related to gender inequalities and the production of care practices and with a view to promoting social justice.

**Keywords:** masculinity, inequality, gender, occupational therapy, pandemic, covid

## SUMÁRIO

1. Apresentação	8
2. Introdução	12
3. Masculinidade hegemônica - <i>de que homem estamos falando?</i>	19
4. Terapia ocupacional social, juventudes e as desigualdades de gênero	25
5. Metodologia	32
- “Oficina de prevenção integral à COVID-19” - Descrição da realização da oficina.	
- “ <i>Oficina máscaras e memes</i> ” - Descrição da realização da oficina	
- Grupo Focal - Gênero e COVID-19	
6. Resultados e Discussão	43
- A expressão da masculinidade hegemônica nos cotidianos dos jovens durante a pandemia de COVID-19	
7. Considerações finais	54
8. Referências bibliográficas	57

## 1. Apresentação

Durante meu período como graduando em Terapia Ocupacional na Universidade Federal de São Paulo, reuni uma série de experiências que me possibilitaram ter um contato mais profundo com o universo das juventudes, essas se deram no início da minha trajetória acadêmica, e ainda naquele momento, passei a ter grande interesse pela atuação da Terapia Ocupacional frente à problemáticas relativas às vivências juvenis, principalmente quando associadas ao campo da educação e da terapia ocupacional social.

Para estar presente em espaços que poderiam proporcionar novos aprendizados direcionados para assuntos que me tocavam, passei a integrar o *Projeto de Extensão “Juventudes e Funk: Territórios, Redes, Saúde e Educação”*, coordenado pela Profa. Dra. Cristiane da Silva Gonçalves e pela Profa. Dra. Patrícia Leme de Oliveira Borba em parceria com o Núcleo UNIFESP da Rede Metuia – Terapia Ocupacional Social<sup>1</sup>, projeto do qual participei por quatro anos, entre os anos de 2018 e 2021. Fazer parte deste Projeto de Extensão foi fundamental para fomentar o interesse nas temáticas de educação, juventude, gênero e seus entrelaçamentos.

O projeto *Juventudes & Funk na Baixada Santista*, realiza atividades educativas relacionadas à discussão sobre sexualidade e gênero, cidadania, acesso às políticas públicas, relações étnico-raciais, violência, criminalidade e classe/status social em escolas públicas de ensino fundamental e médio na Baixada Santista e no ano de 2019, passou a integrar o projeto temático de pesquisa *“Vulnerabilidades de jovens às IST/HIV e à violência entre parceiros: avaliação de intervenções psicossociais baseadas nos direitos humanos”*, sediado pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. O projeto temático de pesquisa referido acima tem como objetivo central a criação de um programa de prevenção da infecção sexual do HIV/aids baseado nos direitos humanos, apoiada em intervenções em escolas de ensino médio articuladas a ações nas unidades básicas de saúde de referência nos territórios escolares abordados.

---

<sup>1</sup> Atualmente, denomina-se *Rede Metuia – Terapia Ocupacional Social*, contando com seis núcleos ativos em diferentes regiões do Brasil: Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), em São Carlos (SP); Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo (SP); Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), em Santos (SP); Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), em Vitória (ES); Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em João Pessoa (PB), juntamente à Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL), em Maceió (AL) e, por fim, o da Universidade de Brasília (UnB), em Ceilândia (DF).



A partir de processos de inserção, observação e intervenção no cotidiano escolar, que se deu em diferentes ocasiões na condição de aluno de graduação de Terapia Ocupacional e, principalmente, como integrante do projeto *Juventudes & Funk na Baixada Santista*, pude engajar-me ativamente no planejamento, participação e condução de oficinas e outras ações realizadas junto aos jovens, no ambiente escolar e em outros territórios onde a juventude habita e transita.

O trabalho junto a um grupo dedicado a discutir e problematizar as desigualdades de gênero e as estruturas patriarcais em espaços pertencentes às diferentes juventudes marcou meu percurso como graduando. A construção coletiva de processos de discussão e reflexão sobre diferentes temas atravessados pelas questões de gênero passaram a ser de grande importância na maneira como eu entendia a Terapia Ocupacional, de forma a inspirar os trajetos que decidi percorrer na graduação e posteriormente a ela também.

Ainda na condição de extensionista, tive a oportunidade de me tornar pesquisador-bolsista da pesquisa *“Desigualdades e vulnerabilidades na epidemia de COVID-19: monitoramento, análise e recomendações”*, a qual dedicou-se a analisar os processos e impactos da pandemia da COVID-19 em 16 territórios de cinco municípios, todos no Estado de São Paulo, bem como as formas de operacionalização de redes de apoio e de solidariedade organizadas pelos grupos sociais participantes da investigação, considerando suas realidades territoriais e agenciamentos (FURTADO et al., 2021).

A investigação e análise do processo de intensificação das desigualdades de gênero durante o período de pandemia compôs um dos eixos temáticos que centralizaram a pesquisa citada, dessa forma, tive acesso à novas possibilidades de compreender gênero como marcador social da diferença e como fator determinante na maneira como distintos grupos e sujeitos vivenciaram o período da pandemia. A experiência de pesquisa possibilitou diversas formas de reunir dados, tais como a realização de oficinas, rodas de conversa e entrevistas, de tal forma que todos os recursos estavam dedicados a se aprofundar na questão do gênero e como ela repercute nas vivências masculinas e femininas, durante a juventude e também na vida adulta. Além disso, a partir desta pesquisa foi produzido o trabalho de conclusão de curso *“Expressões de gênero no processo de cuidado e prevenção durante a pandemia: leituras de um graduando em terapia ocupacional”*, apresentado por mim para a conclusão do curso de Terapia Ocupacional na Universidade Federal de São

Paulo e também o artigo “Expressões de gênero no processo de cuidado e prevenção durante a pandemia do COVID-19: contribuições *da e para* a Terapia Ocupacional Social”, escrito em colaboração com os autores Profa. Dra. Patrícia Leme de Oliveira Borba e Jaime Daniel Leite Junior e publicado no periódico “Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional” em junho de 2022.

As análises e reflexões advindas das ações de pesquisa e das vivências e conhecimentos apreendidos como aluno de Terapia Ocupacional e como extensionista, resultaram no início de uma nova trajetória acadêmica pautada pela vontade determinada de aprofundar meus aprendizados na terapia ocupacional social e nas possíveis articulações da mesma com o campo da juventude, da escola e do gênero. Neste contexto foi possível perceber que o trabalho vinculado ao universo da juventude, em especial, da juventude masculina, poderia ser de grande valor para realizar intervenções a respeito de tópicos pouco abordados no campo da própria Terapia Ocupacional, bem como no cotidiano de jovens garotos, buscando a mudança de realidades individuais e coletivas, por meio de rodas de conversa, oficinas temáticas e atividades educativas capazes de proporcionar novas reflexões e discussões acerca dos temas em questão.

O desejo em inserir-me no Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional emerge do entendimento de que ao término da graduação estava em um processo de imersão em novas maneiras de se pensar a Terapia Ocupacional, e nesta direção cursar o mestrado seria a melhor oportunidade para elaborar e expandir as ideias e experiências que estava vivenciando na área. Parte desse desejo advém da aspiração de encontrar caminhos não percorridos e nichos não explorados com os quais eu me identificasse e me sentisse pertencente, na busca de ampliar as minhas próprias referências e considerações sobre como são concebidos os possíveis papéis de um homem em nossa sociedade e como tais concepções podem ser problemáticas, podendo produzir e perpetuar as desigualdades de gênero, assim como desafiar e dificultar o exercício da individualidade dos próprios homens, que têm de lidar com as expectativas dos outros sobre si, vinculadas ao que tradicionalmente se espera da figura masculina em determinados contextos. Tais possibilidades se apresentaram como a abertura para criar um papel próprio para mim, de terapeuta ocupacional com uma leitura própria e uma prática voltada para a transformação de realidades individuais e coletivas partindo da esfera da discussão de gênero, mas sem me voltar para as dissidências, e sim me voltando justamente para as expressões

masculinas que geram desigualdades, com a intenção de colocá-las em perspectiva, utilizando de ferramentas da Terapia Ocupacional.

Já enquanto discente do PPGTO, na linha de pesquisa “*Redes sociais e vulnerabilidades*”, pude aprofundar-me no universo da terapia ocupacional social e das produções de outras áreas que também fazem parte de suas bases teóricas e práticas. Em adição às disciplinas referentes à Terapia Ocupacional, ainda cursei a disciplina “Introdução ao Estudos de Gênero e Sexualidade”, do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina, que ampliou meu repertório de referências e conhecimentos a respeito de gênero e sexualidade e as diferentes maneiras de se pensar os mesmos.

O aprofundamento dos estudos sobre terapia ocupacional social, juventude e suas pluralidades, gênero como marcador social da diferença e os aprendizados suscitados das experiências de pesquisa, intervenção e produção de conhecimento voltadas para “demandas pandêmicas” foram os principais norteadores do caminho que foi sendo trilhado e que também foi marcado pelos efeitos da pandemia. A pesquisa apresentada é mais um marco neste caminho.

Nesta pesquisa serão discutidas as maneiras como os papéis de gênero foram concebidos e expressos por sujeitos individuais e coletivos pertencentes a um determinado contexto juvenil durante a pandemia de COVID-19, a partir de intervenções realizadas no território escolar, entendendo-o como central na vivência dos jovens e compreendendo a escola como campo importante para a criação de estratégias que buscam a transformação social utilizando recursos fundamentados na prática da terapia ocupacional social, à medida que inclui em seu arcabouço a constituição das diferenças - gênero, raça, etnia, classe, sexualidade, geração, entre outras - como ponto de partida para a compreensão das desigualdades sociais e para o exercício de práticas que possam alterar a forma como tais desigualdades impactam a vida dos sujeitos.

Também serão analisadas as formas como ditos papéis de gênero se relacionam com as dinâmicas de cuidado e prevenção à contaminação pelo vírus transmissor da COVID-19, e como a presença da pandemia e seus desdobramentos colocou luz sobre questões relativas aos papéis de gênero e a relação desigual entre eles, possibilitando também tecer leituras que articulem as noções de gênero, juventude e às práticas cotidianas de cuidado.

Esta pesquisa buscou a compreensão das formas pelas quais a construção social do conceito de masculinidade se expressa e incide no cotidiano dos jovens durante a pandemia de COVID-19. Também se teve como objetivo o desenvolvimento de estratégias para problematização do tema da masculinidade e das desigualdades de gênero visando provocar a elaboração de novas concepções de masculinidade baseada na equidade de gênero, utilizando noções pertencentes à terapia ocupacional social, dentro da escola, junto aos jovens, abordando questões relativas às desigualdades de gênero e a produção de práticas de cuidado e tendo em vista a promoção da justiça social.

Ao longo desta dissertação, será contextualizado o momento histórico em que a pesquisa ocorreu, quem são os sujeitos presentes, onde estão localizados e como se relacionam com os temas aqui abordados. Ainda será apresentado e elaborado o conceito de masculinidade hegemônica e como este influencia e determina práticas de cuidado, produz desigualdades e efeitos negativos para as relações sociais como um todo e para a experiência dos próprios sujeitos masculinos e femininos nos contextos em que estão inseridos.

Será também descrito o percurso metodológico utilizado no desenvolvimento desta pesquisa e por último, serão expostos, analisados e discutidos os resultados advindos de toda a trajetória percorrida ao longo do desenvolvimento desta dissertação.

## **2. Introdução**

A crise sanitária de enormes proporções causada pela pandemia de COVID-19 afetou profundamente a vida de todos sujeitos, porém os desdobramentos sanitários, sociais e econômicos desencadeados pela contaminação em massa afetam mais intensamente a parcela mais vulnerável da população (CEPAL, 2020; FARIAS & LEITE JR., 2021; FAUSTINO & GONÇALVES, 2020), escancarando as desigualdades pré-existentes na sociedade, e para além das questões de saúde, colocou luz sobre as assimetrias sociais, entre elas, as relativas às desigualdades de gênero (SILVA et al., 2020).

No processo de mudanças de hábitos, provocado pela pandemia de COVID-19, foi possível observar e tecer novas leituras de como a desigualdade de gênero é definidora de práticas e dinâmicas cotidianas, neste caso, no processo de prevenção

e cuidado da COVID-19, que revelaram a permanência do desequilíbrio de deveres frente às tarefas de cuidado doméstico e sanitário, no contexto do lar e do trabalho remunerado e não remunerado (SOUZA; ANDRADE, 2020).

Como nos coloca Silva e colaboradores (2020, p. 150): “problemas sociais anteriormente vivenciados pelas mulheres, como a violência doméstica e a sobrecarga pelas múltiplas jornadas, ganharam índices ainda maiores”. Com as medidas impostas pela necessidade de distanciamento social, entre elas, o fechamento de escolas, muitas famílias passaram a vivenciar mais horas de contato dentro do ambiente doméstico, e as responsabilidades da manutenção do lar e cuidado dos filhos recaíram mais pesadamente sobre as mulheres.

Em “História das mulheres no Brasil”, Del Priore (1997) evidencia o fato de que as responsabilidades de garantir a subsistência econômica e afetiva familiar sempre foram atribuídas às mulheres, especialmente em núcleos familiares em situação de vulnerabilidade econômica, realidade que se mantém ainda nos dias atuais.

Dentre as muitas responsabilidades que são assumidas pelas mulheres, o cuidado, como tarefa e ocupação, também é tradicionalmente uma função atribuída ao gênero feminino;

A responsabilidade com o cuidado, que, nas famílias brasileiras, tem sido assumida historicamente pelas mulheres, por razões diversas, como a divisão sexual do trabalho e a naturalização da crença de que as mulheres têm uma aptidão natural para o desempenho das atividades de afeto e zelo, volta à berlinda das discussões sob a égide da desigualdade entre homens e mulheres e a relação (omissa) do Estado para enfrentar essa realidade (MACHADO; BERTOLIN; ANDRADE, 2021, p. 184).

Observamos então, que a já existente sobrecarga da mulher no que diz respeito às incumbências domésticas foi intensificada no cenário pandêmico, inclusive e principalmente em novas funções que passaram a existir como consequência da necessidade de se prevenir da contaminação da COVID-19. Medidas como a constante higienização de alimentos e superfícies; o cuidado das crianças que passaram a ficar em casa por causa do fechamento das escolas; a gestão do estudo remoto dos filhos e outras demandas causadas pelo cenário pandêmico foram prevalentemente exercidas pelas mulheres (MACHADO; BERTOLIN; ANDRADE, 2021), fato que não se limitou às circunstâncias em que os homens também permaneceram em casa durante o período de distanciamento social;

A desigual divisão de tarefas domésticas, que sobrecarrega especialmente as mulheres casadas e com filhos, comprova como o ambiente do lar é mais uma esfera do exercício do poder masculino. Na maioria das vezes, a presença dos homens em casa não significa cooperação ou distribuição mais

harmônica das tarefas entre toda a família, mas sim o aumento do trabalho invisível e não remunerado das mulheres. (VIEIRA; GARCIA; MACIEL, 2020, p. 3).

Ao refletir sobre a evidente cristalização de papéis socialmente exercidos por mulheres e homens em um novo contexto, suscitam-se novos (e velhos) questionamentos a respeito das razões pelas quais estas dinâmicas de opressão entre gêneros preponderam.

Para compreender o processo de responsabilização feminina pelo cuidado, é necessário analisar o agente que está em oposição na dinâmica relacional entre gêneros, que gera práticas opressivas às mulheres: os homens.

Ao se referir sobre os homens como sujeito coletivo caracterizado por um conjunto de práticas e características que compõem o que é socialmente esperado da figura masculina, é necessário explicitar qual é o referencial masculino a que nos referimos.

Entendendo que a reprodução de determinados comportamentos masculinos é um fenômeno que ocorre em uma dimensão coletiva e predominante a outros possíveis modelos de sujeitos masculinos, compartilhamos com Connell (1995), o conceito de masculinidade hegemônica, “compreendido como uma pluralidade de masculinidades, hierarquizadas, que coexistem numa relação de subordinação por parte de masculinidades não hegemônicas” (SANTOS et al. 2021, p. 4). Ainda em acordo com Connell (1997), é neste referencial masculino que se encontra o conjunto de práticas e ideias que definem socialmente o que é considerado o papel do homem em determinado contexto.

Partindo da ideia de que existe um modelo predominante de aspectos que definem como os homens se comportam, e que este foi determinante para como se deram as práticas cotidianas dos homens, e conseqüentemente o papel que as mulheres exerceram durante a pandemia, é que se considerou necessário aprofundar-se no processo de constituição deste sujeito masculino, que exerce práticas dominadoras que resultam na naturalização do modelo desigual de divisão de responsabilidades presentes nas relações entre homens e mulheres.

A naturalidade com as quais se dão estes processos de perpetuação de uma condição desigual de papéis que homens e mulheres desempenham, inclusive diante de circunstâncias excepcionais como as impostas pela pandemia, evocam a ideia de que são concepções enraizadas na maneira como nos organizamos como sociedade,

e que são transmitidas à jovens sujeitos ainda em seu processo de amadurecimento e desenvolvimento intelectual, e que futuramente definirão como serão selados e conduzidos os acordos de dimensão institucional e afetiva.

Compreendendo que a construção e reprodução de valores que têm por efeito a manutenção de relações de poder iniciam-se durante a infância e a adolescência, é natural relacionar a adoção de ideias e práticas sociais à vivência escolar. Observamos que as assimetrias de poder presentes nos mais diversos segmentos da sociedade, estão também intensamente presentes na escola e são perpetuadas pelos jovens, tornando a escola mais um espaço de grande expressão das desigualdades de gênero presentes na nossa sociedade (CARVALHO, 2010).

Tanto para meninos, quanto para meninas, a vivência no território escolar é socialmente determinante para o processo de perpetuação dos padrões de normalidade (ALMEIDA, et al., 2018), de modo que, é possível analisar as instituições escolares como espaços fundamentais para a construção dos conceitos e preconceitos que permeiam a vida adulta das pessoas e que estabelecem como indivíduos devem se portar no mundo, de acordo com a anatomia de seus corpos.

Na escola, é possível observar grandes expressões da condição juvenil, porque, entre as muitas representações que são construídas socialmente a respeito do processo de amadurecimento de um jovem a se tornar adulto, a instituição escolar é central na condução deste processo de transição, e é neste espaço que jovens aprendem e expressam grandes partes de seus hábitos e valores básicos em uma esfera de sociabilidade e, também, de disputa e conflito (GROPPO, 2015).

Entendendo neste caso, a vivência escolar como uma parte importante da produção de identidades de gênero e de orientação sexual (gênero se referindo a forma de se identificar e ser identificado como homem, mulher ou outras possíveis identificações e orientação sexual se referindo à atração afetivo-sexual por alguém de determinado gênero), é possível chegar à conclusão que a expressão da identidade de gênero dos jovens é diretamente e intensamente atravessada por suas experiências vivenciadas na escola (ALMEIDA, et al., 2018).

Identificamos então, que as manifestações de preconceito e discriminação que ocorrem dentro do ambiente da escola são baseadas em “construções sociais que carregam uma história, e que são forjadas tanto de forma individual quanto coletiva no cotidiano, (...) é fundamental que a escola proporcione espaços que ampliem a discussão sobre seus diferentes tipos, origens e consequências” (CORDEIRO;

BUENDGENS, 2012, p. 52). Diante desse fato é que se percebe o espaço escolar como lócus privilegiado para buscar a compreensão de como se expressam essas desigualdades, e principalmente como é forjada e reproduzida a masculinidade entre jovens garotos.

Considerando a necessidade de aguçar a apreensão sobre a relação dos marcadores sociais da diferença de gênero com a forma como se desenvolvem as vivências relativas à juventude e suas pluralidades durante o momento de mudanças no cotidiano causadas pela pandemia é que se privilegiou a utilização de recursos e estratégias que se articulam com o campo da terapia ocupacional social (LOPES et al., 2014), no chão da escola, protagonizando a juventude e sua pluralidade como parte deste processo (MELO; MALFITANO; LOPES, 2020).

De acordo com Miranda (2021), os marcadores sociais são definidos por características diversas constitutivas de cada indivíduo, como gênero, sexo, cor de pele, etnia, região, nacionalidade, língua, religião, cultura, entre outras. Tais marcadores quando não capturados em sua complexidade acabam por reiterar a reprodução de desigualdades, estereótipos e preconceito, na maior parte das vezes, “naturalizando-os” (e até mesmo “banalizando-os”). Os desafios postos, portanto, são ampliar a visão sobre as diferentes pessoas e suas diferentes realidades e, a partir desta visão ampliada, abranger as múltiplas variáveis que explicam a maneira que necessitam ser percebidas, olhadas.

Os marcadores sociais da diferença podem se constituir como uma importante lente conceitual para informar a prática da terapia ocupacional social, à medida que inclui em seu arcabouço a constituição das diferenças - gênero, raça, etnia, classe, sexualidade, geração, entre outras - como ponto de partida para a compreensão das desigualdades sociais (MELO; MALFITANO; LOPES, 2020, p.1061).

A compreensão das expressões de gênero ocorreu a partir da realização de oficinas e outros métodos de intervenção que estarão explicitados no decorrer desta dissertação, os quais foram adotados a fim de entender como os papéis de gênero são concebidos e expressos por indivíduos pertencentes a um determinado contexto e território, e ainda, como tal expressão influencia as dinâmicas de cuidado e prevenção à COVID-19, de sujeitos individuais e coletivos.

Importante ressaltar que os marcadores sociais referem-se a desigualdade, na medida que os grupos que são atravessados por algum marcador social tendem a se localizar em situação desigual mediante os grupos que não carregam marcador de diferença, na maior parte das vezes, estes marcadores não se revelam de forma isolada e, sim de forma multifacetada, ou seja, tratam-se de múltiplas manifestações de marcadores sociais e de



características construídas e estruturadas socialmente que determinam a posição, oportunidades e possibilidades aos indivíduos (MIRANDA, 2021)

A elaboração trazida à luz pelas autoras Melo, Malfitano e Lopes (2020, p.1062) reforça a concepção de que as variáveis, que compõem os marcadores sociais, “não são (...) independentes, mas se enfeixam de maneira que o eixo de diferenciação do indivíduo constitui o outro ao mesmo tempo em que é constituído pelos demais, tanto do ponto de vista da configuração de sistemas de classificação social como da constituição de corpos e identidades coletivas.”

Ainda tomando como referência Melo, Malfitano e Lopes, (2020), quando se considera a *diferença* como elemento presente na vida social, nas relações entre os sujeitos sociais, torna-se necessário apreender a manifestação da desigualdade, as contradições e os conflitos, assim como o que daí pode suscitar em termos de arena para a luta por direitos sociais fundamentais. O conhecimento destes marcadores sociais da diferença, embora relevantes em termos do que significam de privação, de escassez, de falta de acesso, é insuficiente para as autoras, que alertam para compreender como eles (os marcadores sociais) se articulam nas experiências de quem os vivencia, como se expressam na vida social e quais as práticas e os atores envolvidos nesses processos (VENCATO, 2014). Dessa forma, entendemos que os marcadores sociais da diferença são recursos conceituais de captação e interpretação da realidade social que, uma vez, utilizados pela terapia ocupacional social conduzem à compreensão das necessidades dos indivíduos sujeitos da ação técnica e comprometida dos profissionais e facilitam “a organização de uma prática socialmente responsiva” (MELO; MALFITANO E LOPES, 2020, p.1065).

O estímulo advindo de “novas” correntes de pensamento no interior da Terapia Ocupacional, oxigenam a busca por expertises diante das “novas demandas que emergem do cenário contemporâneo e, com elas, a necessidade de um aparato teórico que abarque também tais questões (MELO; MALFITANO; LOPES, 2020, p.1063).”

Defende-se, portanto, a possibilidade de composição do referencial dos Marcadores Sociais da Diferença para uso na terapia ocupacional social. Assim, são as necessidades concretas dos sujeitos que devem pautar o referencial teórico necessário para compreensão da temática e organização de uma prática socialmente responsiva. (MELO; MALFITANO; LOPES, 2020, p.1065)

A definição dos espaços e dos grupos que constituíram e possibilitaram a reunião de uma série de informações acerca da expressão das masculinidades de

jovens se deu por meio de integrar o planejamento e execução de intervenções realizadas pelo Projeto *de Juventudes & Funk na Baixada Santista* bem como do Projeto temático de pesquisa “*Vulnerabilidades de jovens às IST/HIV e à violência entre parceiros: avaliação de intervenções psicossociais baseadas nos direitos humanos*”. Desta forma, a condição de integrante destes projetos tornou possível produzir estratégias junto aos alunos de Ensino Médio de diferentes escolas, que ao longo da sua execução, ganham um duplo caráter: interventivo-investigativo, ou seja, no interior dos espaços que vão sendo criados para discutir assuntos relacionados aos projetos mais amplos, cerca-se de recursos e métodos mais atinentes aos procedimentos necessários para a produção de conhecimento.

No que tange especificamente essa pesquisa de mestrado, acessou-se, portanto, o conjunto de material que será detalhado no capítulo do percurso metodológico, a fim de compreender as formas pelas quais a construção social do conceito de masculinidade e suas expressões atravessa e incide no cotidiano de jovens alunos de escolas públicas da Baixada Santista durante a pandemia de COVID-19. Neste contexto é que se desenhou esta pesquisa, a qual objetiva a obtenção de maior entendimento sobre as expressões de masculinidade e da relação desigual de gênero produzida durante a pandemia. Para além disto, buscou-se também elaborar subsídios teóricos e práticos a fim de instigar a problematização das concepções relativas à masculinidade e às desigualdades de gênero, elaborando estratégias de intervenção articuladas às contribuições da terapia ocupacional social junto aos jovens de escolas públicas da Baixada Santista.

Neste sentido é necessário compreender a escola como instituição onde ocorre a transmissão dos conteúdos historicamente acumulados e produzidos pela humanidade, ao mesmo tempo, que se encarrega por parte importante da mediação entre pares e entre os valores construídos na sociedade, se tornando um ambiente propício para provocar e estimular a indagação das injustiças sociais que permeiam o contexto no qual se está inserido, possivelmente conduzindo o sujeito ao engajamento na busca por justiça social (MONTEIRO et al., 2020; FREIRE, 1987), “compreendida como conceito ético e moral que reconhece direitos inalienáveis a todos os seres humanos – numa perspectiva de equidade, solidariedade e respeito pela dignidade humana –, direitos estes que devem, por uma imperativa questão de princípio, ser socialmente salvaguardados” (CARVALHO; PERES, 2020, p. 103).

### 3. Masculinidade hegemônica - de que homem estamos falando?

Para compreender como se deram as assimetrias de poder e diversas formas de desigualdade presentes nas relações entre homens e mulheres durante a pandemia de COVID-19, é necessário compreender melhor o termo *gênero* enquanto categoria analítica e como marcador social da diferença.

Quando tratamos do conceito de gênero, nos baseamos na distinção entre sexo e gênero; gênero sendo definido como uma construção social, histórica e cultural de diferenças baseadas no sexo biológico; gênero, portanto, diz respeito à um conceito construído sobre a ideia de oposição entre masculinidade e feminilidade, constituindo uma relação de poder, e é nesta relação que se fundamentam análises críticas à dominação masculina e conseqüentemente a subordinação feminina proeminentes nas relações sociais e afetivas (CARVALHO, 2004).

A noção de gênero portanto, é construída através dos processos de socialização e educação que definem as identidades de sexo e gênero, de forma que a masculinidade e a feminilidade são expressas de formas plurais a depender das circunstâncias culturais e temporais, ou seja, masculinidade e feminilidade não têm significado fixo, “mas são representações sujeitas a disputas políticas pela atribuição de significados” (CARVALHO, 2004, n.p).

Corroborando com Joan Scott (1995) quando a autora assevera que:

O termo "gênero" torna-se uma forma de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. "Gênero" é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. (SCOTT, 1995, p. 75).

Essa perspectiva enseja a noção de que o gênero e a sexualidade são construções sociais e culturais, não ontológicas, que norteiam os sentidos em processos de inteligibilidades na interação social (BUTLER, 2003, 2009). De acordo com essa concepção, se faz necessário aprofundar-se nos fatores constituintes da atual configuração das relações entre os papéis socialmente atribuídos para os gêneros masculinos e femininos, e como estes perpetuam as desigualdades de gênero.

Segundo Bourdieu (1999), a reprodução dos gêneros e a prevalência das relações de dominação entre os mesmos acontece a partir dos conceitos de habitus e campo;

Habitus é um sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes (BOURDIEU, 2007, p. 191).

Campos são "espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas)" (BOURDIEU, 1983, p. 89).

As definições conceituais de "habitus" (valores, princípios, comportamento etc) e "campo" (espaço social que possui estrutura própria e autônoma) como mecanismos capazes de explicar "como se dá" e "como se estrutura" a reprodução dos gêneros e a prevalência das relações de dominação, inclusive com "lógica própria de funcionamento, estratificação e princípios que regulam as relações entre os agentes sociais" são indispensáveis para a compreensão deste fenômeno. A partir desta elaboração é possível perceber de forma reiterada a dominação masculina manifesta na divisão entre os sexos.

Para Bourdieu (2017), é exatamente este aspecto que determina a ordem das coisas, a sua incorporação e o funcionamento dos esquemas de percepção, de pensamento e ação. Ademais, a distinção biológica entre os sexos, considerada a partir da diferença anatômica dos órgãos sexuais, têm servido a naturalização da distinção socialmente construída entre os gêneros.

A internalização e estruturação da normatividade de gênero expressa em posturas tidas como masculinas ou femininas (tanto em uma dimensão individual, como coletiva), é constantemente reforçada pela realidade social vigente, ou seja, pelas organizações sociais que se constituem fundamentadas em tais divisões de gênero, sendo assim, um produto de "um longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social" (BOURDIEU, 1999, p. 9).

Maria Eulina Pessoa de Carvalho (2004), desenvolve suas reflexões e análises por meio da explicitação do habitus de gênero enquanto produto, resultado de um processo de internalização de ideias. Este processo de incorporação se inicia ainda na infância, durante a socialização das crianças e é reiterada através de recorrentes práticas de diferenciação e normalização destas diferenças. Este regramento e normalização destas diferenças ocorrem por meio de códigos explícitos e implícitos, rígidos e sutis, implementados pelos diversos agentes e instituições como a família, a igreja, a escola, os meios de comunicação, entre outros.

Compreendendo que as relações sociais entre os gêneros e os processos de dominação masculina e subordinação feminina são exercidas em uma esfera cultural e ideológica e são praticados por agentes individuais e coletivos, se faz necessário definir quem são estes agentes que retratam o gênero masculino estereotipados como representantes da masculinidade hegemônica, que, retornando à Connell, é “entendida como um padrão de práticas (i.e., coisas feitas, não apenas uma série de expectativas de papéis ou uma identidade) que possibilitou que a dominação dos homens sobre as mulheres continuasse” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245).

A expressão deste padrão de masculinidade tida como hegemônica é expressa em diversos contextos, evidenciando a centralidade do mesmo na forma como se torna a referência de normalidade, sendo assim, “destaca-se que essa hegemonia não é obtida pela força, mas pelo consenso cultural, pelos discursos dominantes e institucionalizados, acarretando a marginalização e a deslegitimação das outras masculinidades” (SANTOS et al., 2021, p.4).

É oportuno recorrer ao “conceito de poder estabelecido como fluxo e não como estoque”, isto é, algo que se possa armazenar, mas não de modo a estagnar, o que significa que “o exercício do poder requer instrumentos materiais e ideológicos, mas o essencial é que o poder é uma relação social assimétrica indissolúvel, que só existe quando é exercido; e para ser exercido, precisa se reproduzir e acumular constantemente” (FIORI, 2010, p. 6). Ou, de outro modo, trata-se de “construções sociais preexistentes ao nosso nascimento e se articulam de maneira a produzir maior ou menor inclusão/exclusão social, a depender do quanto confrontam identidades sociais hegemônicas” (MELO; GONÇALVES, 2010 apud MELO, MALFITANO, LOPES, 2020).

A naturalização do poder simbólico entre gêneros e entre os homens é produto de uma construção histórica, e ao ser naturalizado, ele cumpre sua função política de legitimação de dominação, constituindo os sistemas simbólicos que asseguram a permanência desta configuração de poder, de forma a perpetuar a posição que homens e mulheres exercem em suas relações (BOURDIEU, 1999).

Em consonância com a ideia de que as manifestações de poder se expressam não apenas nas relações entre homens e mulheres, mas que são atuantes também na maneira como homens se relacionam entre si, “se assume que há masculinidades hegemônicas (homens de camada média, brancos, heterossexuais etc.) e

masculinidades subalternas (indígenas, afrobrasileiros, de camadas populares, homossexuais etc.)” (NOGUEIRA; MIRANDA, 2017, p. 162).

Diante da concepção de que é a partir da marginalização de outros modelos de masculinidade que se constitui um modelo hegemônico de representação masculina, o conceito de masculinidade hegemônica não deve ser compreendido como traço inerente aos homens. Reitera-se então que as características relativas a este conceito estão inseridas na forma como se dão práticas individuais e coletivas, culturalmente assentidas e que também podem partir de mulheres que reproduzem comportamentos passíveis de serem analisados como produto da presença desta referência cultural para o que se espera da construção de um sujeito masculino e quais papéis o mesmo deve exercer na sociedade; tal ideia de masculinidade serve de base para uma cultura patriarcal, gerando um ambiente ofensivo para as mulheres e práticas violentas no ambiente domiciliar (SILVA et al., 2020).

Enfatiza-se que o uso do conceito de masculinidade hegemônica não é reificador<sup>2</sup> e nem essencialista, apesar disso, é importante salientar que a sociedade (re)produz, historicamente, relações de gênero e que a masculinidade hegemônica é definida como uma configuração de práticas projetadas sobre as estruturas das relações de gênero (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013), o que, em determinadas situações, pode permitir a manutenção da dominação dos homens sobre as mulheres.

Ao analisar o amplo conjunto de práticas que se configuram como parte do comportamento esperado dos homens, observa-se que estas se expressam em muitos âmbitos de suas vidas; profissional, amoroso, afetivo e também em práticas cotidianas de cuidado; especialmente considerando-se que a crença na resistência do corpo masculino faz parte das características referentes à ideia hegemônica de masculinidade, que se coloca em oposição ao cuidado com o corpo e com as práticas cotidianas de cuidado, que pertenceriam ao universo feminino, frequentemente associado à fragilidade, como apontado por Keijzer (2006); “de forma geral, o autocuidado e a valorização do corpo no sentido da saúde é algo quase inexistente na socialização dos homens. Pelo contrário, cuidar de si ou cuidar dos outros aparece como algo claramente feminino” (KEIJZER, 2006, p. 140).

---

<sup>2</sup> Para fins da problematização da categoria “masculinidade hegemônica” é que se adotou o termo “reificador” em sentido literal “transformar algo em coisa ou coisificação (...) uma operação mental que consiste em transformar conceitos abstratos em objetos ou mesmo tratar seres humanos como objetos. [Retirado de <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Reifica%C3%A7%C3%A3o\\_\(marxismo\)>](https://pt.wikipedia.org/wiki/Reifica%C3%A7%C3%A3o_(marxismo)>)]

Diante disso, observamos que a concepção que homens têm de forma geral, a respeito do autocuidado, impacta de forma significativa a maneira como os mesmos lidam com as mudanças de comportamento exigidas pela pandemia, como é colocado por Braz, Leite Jr. e Borba (2022):

A crença na invulnerabilidade de seus corpos atravessa diretamente a forma como se percebe o processo saúde-doença e como a pandemia de COVID-19 foi percebida no imaginário social, influenciando a postura dos homens diante da nova realidade de exigências sanitárias e normas de convivência, postura essa que foi reforçada e reproduzida em todos os segmentos da sociedade, partindo da esfera pública que se propaga até a realidade individual (BRAZ; LEITE JR.; BORBA, p. 9, 2022).

O não cumprimento de medidas de prevenção, por parte dos homens, baseados na convicção de que não seriam gravemente afetados e legitimados por discursos amplamente propagados em todos os meios, teve grande impacto na maneira como a população compreendeu as formas como era transmitido o vírus SARS-Cov-2, tal como sua gravidade e a importância de se adotar métodos preventivos contra a contaminação pelo mesmo.

A postura negligente diante da possibilidade de contrair e transmitir o vírus também gerou disputas de poderes, onde se expressam as desigualdades de gênero dentro das relações:

Os embates, que se davam entre homens e mulheres, a partir das distintas posturas que exerciam diante da possível contaminação, geraram disputas de poderes onde a desigualdade se estabelecia em muitos casos, deixando a mulher e filhos subordinados à correrem riscos de se infectar, causados pelo fato de companheiros homens optarem por não se protegerem adequadamente do vírus, pautando-se em discursos validados por pessoas da esfera pública com alto grau de influência, como o presidente do Brasil (BRAZ; LEITE JR.; BORBA, p. 10, 2022).

A perpetuação da desigualdade presente nas relações de gênero e a produção de uma imagem ideal de masculinidade padrão e normativa passa pela construção de figuras que são socialmente encaradas como exemplos a serem seguidos, e mesmo que estes estejam distantes fisicamente, se fazem presentes no imaginário social da população e na vida de jovens garotos com a identidade em construção (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013).

O contexto cultural presente nos espaços ocupados pelos jovens, reverbera na condição juvenil, sobretudo no modo como os indivíduos desse grupo populacional vivenciam sua juventude, estando sujeitos a sofrerem com as formas de exclusão provocadas pela presença de um pensamento hegemônico da masculinidade e conseqüentemente noções patriarcais e machistas que norteiam a maneira como os

jovens se expressam e vivenciam os espaços relacionais e institucionais em que estão inseridos.

Neste sentido, as intervenções profissionais e institucionais só lograrão êxito ao considerarem:

que nenhum setor, no que tange a serviços e políticas sociais, consegue apreender a diversidade e a quantidade de tensões que se estabelecem no tecido social e em suas relações de forma individualizada. Por isso, cada vez mais se fala da necessidade de construções no espaço social de convivência e de políticas intersetoriais, que articulem ações conjuntas entre diversos níveis do poder público, entre diversos segmentos sociais, para solucionar os desafios que vivemos no plano da escolarização. (PEREIRA; BORBA; LOPES, 2021, p.18).

Compreendendo que a maneira como os sujeitos concebem e expressam determinados papéis de gênero é baseada em concepções criadas ao longo de sua história, tanto em um contexto individual, mas também coletivo e social, se faz necessária a criação de estratégias que favoreçam um percurso de mudança construído de forma conjunta, e protagonizado pelos próprios indivíduos e coletivos a quem se quer atingir nesse percurso.

Ao discutir sobre os processos de aproximação e distanciamento dos homens de um pensamento feminista ou antissexista e os meios de provocar um olhar questionador para as noções patriarcais que regem as dinâmicas sociais, a autora Bell Hooks (2018) coloca que para romper com noções pertencentes a uma cultura de dominação, é necessário que os homens passem a criticar a dominação masculina sobre o planeta, sobre os homens menos poderosos e sobre as mulheres e as crianças. Em concordância com essa ideia, entende-se que o ato de problematizar e refletir coletivamente propicia o desenvolvimento de uma compreensão mais crítica da realidade e de determinados modelos e referências, tais como os comportamentos e ideias associadas à masculinidade hegemônica, podendo gerar novas definições e modelos que norteiam a maneira como cada um entende e exerce seu papel no mundo e dentro de suas relações sociais.

A partir desta perspectiva, entende-se a terapia ocupacional social como uma subárea e um corpo de conhecimento teórico e metodológico capaz de elaborar meios para promoção de transformação e justiça social a partir de “movimentos de negociação cultural, social e relacional, pautados pela ampliação e facilitação da participação social” (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002), orientados por e articulados à referenciais freirianos, propondo a construção de novas ideias a partir de um processo de interrogação da realidade.



Essa perspectiva de ação proposta pela terapia ocupacional social pressupõe a problematização das ideias, valores, concepções as quais os sujeitos estão imersos e de como estabelecem suas relações entre si e com o mundo, em suas dimensões micro e macrosociais, e, principalmente, das dinâmicas, ideias e comportamentos que perpassam e delimitam a inserção social da população destinatária da intervenção (FARIAS & LOPES, 2020), de forma a se tornar um campo profissional com recursos e possibilidades potentes na transformação social, a partir de intervenções que proporcionam a ação e reflexão que se voltem para a vida dos sujeitos, para pensar sua atuação no mundo e construir possibilidades de novas formas de se perceber e exercer determinados papéis na sociedade, sem contribuir para manutenção de uma estrutura que perpetua a desigualdade e as práticas opressoras entre gêneros. Sobre esta área específica e sua correlação com o campo da juventude e as desigualdades de gênero que iremos nos debruçar a seguir.

#### **4. Terapia ocupacional social, juventudes e as desigualdades de gênero**

Historicamente, a institucionalização da terapia ocupacional no Brasil como área do conhecimento e produtora de práticas interventivas, esteve mais direcionado ao setor saúde, com mais ênfase as questões concernentes à reabilitação física e à saúde mental, tendo grande relevância e contribuições para como se desenvolveram as técnicas, instituições e políticas nesse âmbito (DE CARLO; BARTALOTTI, 2001).

A criação de novos saberes técnicos e teóricos voltados para outros contextos que vão além da lógica biomedicalizante das práticas em terapia ocupacional, acontece a partir de uma série de reflexões feitas por terapeutas ocupacionais, em especial a partir da década de 70, que passaram a problematizar os limites institucionais que cerceiam suas possibilidades de ação (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 1990).

Ao refletir criticamente a respeito de sua própria práxis<sup>3</sup>, as terapeutas ocupacionais passam a ter uma compreensão de que suas ações se inscrevem em

---

<sup>3</sup> Utiliza-se *praxis* nos termos desenvolvidos por Vázquez (1986, p.208) "(...) a praxis se nos apresenta como uma atividade material, transformadora e ajustada a objetivos. Fora dela, fica a atividade teórica que não se materializa, na medida em que é atividade espiritual pura. Mas, por outro lado, não há praxis como atividade puramente material, isto é, sem a produção de finalidades e conhecimentos que caracteriza a atividade teórica (...) determinar o que é praxis (...) remete às relações entre teoria e prática".

um processo histórico, e que essas possuem uma dimensão teórica, técnica e política indissociáveis, de forma que passou a conceber que as problemáticas nas quais se fundamentam o exercício profissional não poderiam ser reduzidas apenas às linhas terapêuticas ou programas de intervenção individuais que planejavam utilizar para tratar questões orgânicas de saúde (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002).

Com as novas formulações a respeito da atuação do terapeuta ocupacional, gerou-se um tensionamento que buscou alterar a concepção com a qual se considerava a relação entre saúde e doença, de forma a direcionar a sua ação técnica para “o sujeito como o interlocutor concreto e suas necessidades, para sua vida no interior de uma coletividade que se transforma, e alcançar a satisfação dessas necessidades e a realização desta vida para todos” (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002, p. 97).

A partir da ampliação do campo de possíveis inserções profissionais, novas demandas de sujeitos individuais e coletivos passaram a ser focalizadas por terapeutas ocupacionais, compreendendo que sua prática não se restringia somente às questões de ordem biológica, mas também a questões de ordem social.

A ação do terapeuta ocupacional passa a extrapolar os limites do indivíduo, tomando o coletivo como ponto nodal e, para além disso, baseando-se na compreensão da posição que esse coletivo assume diante das dinâmicas sociais. Nesse sentido, o trabalho requer que se conciliem e se conectem as necessidades individuais, coletivas e institucionais. (MALFITANO, 2016).

Neste contexto histórico da profissão, a contribuição de Lopes e Silva (2007), também apontam que o exercício profissional do terapeuta ocupacional implica em uma aproximação com questões pertinentes às problemáticas sociais sobre as quais se pretende intervir, tornando-se relevantes a compreensão macroestrutural que afeta a vida dos sujeitos. Desta perspectiva,

Se pensarmos as estratégias de intervenção da terapia ocupacional social frente a esses contextos, na esfera das ações coletivas, as abordagens precisariam lidar com enfrentamentos culturais, ainda que sejam reconhecidas as necessidades de avanço no campo jurídico e do acesso a bens e serviços, especialmente no que tange à produção, formulação e reformulação de leis específicas que possam proteger aquelas populações, além de demandas por políticas públicas que possibilitem que estas possam se representar no campo político (MELO; MALFITANO; LOPES, 2020, p.1068).

Os fatores particulares da realidade de cada um, que é atravessada por questões relativas à vida social; o território onde ela ocorre; a dinâmica das relações sociais presentes; as redes de suporte existentes e inexistentes e os modos de vida

das pessoas e grupos em sua singularidade são indissociáveis da leitura, análise e intervenção profissional do terapeuta ocupacional.

Ao refletir sobre os múltiplos fatores que permeiam a vida dos sujeitos e que configuram o modo como acessam bens fundamentais para o exercício da cidadania, compartilharemos de Silva e Oliver (2022), o conceito de participação social, a fim de nomear o conjunto de aspectos da vida social que definem e delimitam o modo como indivíduos e coletivos se inserem na sociedade. Neste sentido, de acordo com as autoras, a participação social pode ser compreendida como o convívio entre indivíduos próximos com vínculos de parentesco ou entre aqueles que mantêm interesses e/ou objetivos comuns, como grupos ou coletivos engajados em causas sociais ou humanitárias com inserção na vida pública e política de maneira formal ou informal.

Porém, de acordo com Gohn (2016, p. 16), a participação pode ser capturada e analisada de modo mais aprofundado por meio de três níveis, a saber:

...o conceitual, o político e o da prática social. O primeiro apresenta um alto grau de ambiguidade e varia segundo o paradigma teórico em que se fundamenta. O segundo dado pelo nível político, usualmente é associado a processo de democratização (em curso, ou em lutas para a sua obtenção), mas ele também pode ser utilizado como um discurso mistificador em busca da mera integração social de indivíduos, isolados em processos que objetivem reiterar os mecanismos de regulação e normatização da sociedade, resultando em políticas sociais de controle social. O terceiro, as práticas, relaciona-se ao processo social propriamente dito; trata-se das ações concretas, engendradas nas lutas, movimentos e organizações, para realizarem algum intento, ou participar de espaços institucionalizados na esfera pública, em políticas públicas. Aqui a participação é um meio viabilizador fundamental.

Gohn em dossiê publicado em 2019, resgata o conceito e as principais abordagens teóricas sobre a participação. Das abordagens identificadas pela autora interessa particularmente ao nosso estudo aquela que

foca a identidade coletiva e dá centralidade aos fatores culturais, à identidade dos participantes, às suas redes de pertencimento e compartilhamento de valores, ao engajamento militante, institucional ou extrainstitucional, de indivíduos e grupos. Destaca a inserção do indivíduo em redes de solidariedade ou engajadas, como fator explicativo da participação. As trajetórias dos indivíduos – familiar, escolar, profissional etc. – são consideradas como espaços de socialização política. A ênfase em aspectos da cultura leva ao aprendizado nas lutas e confrontos, ao desenvolvimento de identidades e a um acúmulo de suas forças sociopolíticas e culturais (GOHN, 2019, p. 70).

Para Gohn (2019), os autores que trabalham esta abordagem afirmam tratar-se de fenômeno cuja “identidade coletiva é relacional e construída, no tempo e no

espaço”. (...) representa a identificação do “nós” e do “outro”, e, dentro de um conflito social, permite se auto identificar e identificar o inimigo.”

Seguindo nesta trilha a autora informa que são “estes movimentos que pautarão questões de gênero, raça, idade etc. Ou seja, as desigualdades serão questionadas mais do ponto de vista das diferenciações e discriminações sociais e menos sob o aspecto socioeconômico” (GOHN, 2019, p. 70).

A discussão sobre a participação de acordo com as abordagens sobre identidades coletivas e reconhecimento conduz a

a contribuição de Habermas, ao tratar da ação comunicativa e da noção de esfera pública. Para Habermas, a democracia não deve ser entendida apenas em termos descritivos, como governo da maioria, eleições livres, concorrência entre partidos ou prescrições normativas do estado de direito. Ele destaca, na esfera pública, outros ambientes como bares, cafés, praças, teatros, **escolas**, e outros espaços de convivência, onde há abertura para interação comunicativa (GOHN, 2019, p. 70, grifo nosso).

Coerentemente com esta perspectiva, compreende-se que a associação dos sujeitos com o aparato público é indispensável para se pensar no exercício da participação social, tendo em vista que a vida cotidiana é estruturada, em parte, pela relação que se tem com certas instituições que são centrais no modo que as pessoas vivem, entre elas, a escola.

A escola representa um papel de extrema importância na constituição dos indivíduos como sujeitos sociais, principalmente por ser, através dela, que indivíduos podem mudar sua realidade social, como é colocado por Pan e Lopes (2022);

a escola pública e as políticas educacionais são fundamentais por, de um lado, serem uma das principais e poucas políticas públicas garantidas e voltadas para esse grupo e, de outro, pela centralidade da educação formal na nossa organização social, principalmente pelo seu enraizamento no imaginário social ser um dos únicos meios legais para as classes populares alcançarem posições sociais menos desfavoráveis (PAN; LOPES, 2022).

Tendo em vista a centralidade das instituições escolares na vida das pessoas, principalmente das crianças e jovens, é importante que a terapia ocupacional compreenda a importância de sua participação neste âmbito. O entendimento de que: i) o acesso, a permanência na escola e o ensino de qualidade é um direito humano e, também, social; ii) que a escola é um espaço de participação democrática que compõem uma rede social de suportes e oportunidades; iii) que viabiliza o desenvolvimento das pessoas e o exercício da cidadania são aspectos fundamentais para novas abordagens na atuação do terapeuta ocupacional, daí a relevância da

inserção qualificada da terapia ocupacional neste campo específico (PEREIRA; BORBA; LOPES, 2021).

Mesmo com as grandes dificuldades de acesso à educação formal, em grande parte causadas por condições de vulnerabilidade econômica, ainda se verifica que as escolas, em especial as públicas, são fundamentais para compreender a realidade dos contextos relativos às juventudes urbanas (BORBA; LOPES; MONZELI, 2013).

Considerando as escolas como locus de prática profissional e o jovem como população participante e assistida pelas ações da terapia ocupacional, é necessário aprofundar-se na compreensão de quem é este sujeito. A juventude, como é colocado por Dayrell (2003) e Peralva (1997), pode ser entendida como condição social e um tipo de representação, à medida que existe um caráter universal vinculado às transformações que acontecem com os indivíduos em uma determinada faixa etária, nas quais ocorrem importantes processos de desenvolvimento físico e psicológico.

Ainda em concordância com Dayrell (2003), é possível entender a juventude como momento central na constituição dos sujeitos em vários aspectos, entre eles, a construção de referências sociais e relacionais que influenciam diretamente como este se coloca no mundo e compreende as relações sociais ao seu entorno e, também, sua compreensão de si mesmo como sujeito social.

Apesar de existirem aspectos universais atrelados à ideia de juventude, a maneira como o jovem é encarado socialmente varia muito a depender de diversos marcadores sociais, como classe social, contexto cultural, gênero, localização geográfica, entre outras possíveis variáveis; por esse motivo, nos referimos à juventude não como uma condição estática, mas sim como uma concepção que está sujeita a constantes transformações, existindo então, uma pluralidade de juventudes, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social (DAYRELL, 2003).

Ao voltar-se para juventude como sujeito destinatário e participante das ações da terapia ocupacional em diversos contextos, entende-se que entre uma diversidade de possíveis cenários em que a juventude está presente, a escola é a maior referência de equipamento social voltada para este público, podendo ser fundamental na criação de redes de suporte e de meios para o enfrentamento das dificuldades relacionadas às condições desfavoráveis no que tange a vida social dos sujeitos (PAN; LOPES, 2022).

Diante do exposto, é nítido como o território escolar é central para compreender as trajetórias juvenis e como elas se constituem, pois além dos percursos pedagógicos e de aprendizado no caminho da educação formal, é na escola também onde ocorre a sociabilidade dos jovens e a formação de suas identidades (DAYRELL, 2007), portanto é um cenário de experiências fundamentais na construção e expressão de aspectos culturais dos jovens, entre eles, as expressões de gênero e sexualidade e os desdobramentos dessas expressões em uma esfera de sociabilidade e também de disputa e conflito.

De acordo com Silva (2007), passamos pelo processo de formação do “eu” na escola, em um processo simultâneo de auto-descoberta, no entanto, estamos sujeitos ao controle da razão por instituições que nos localizam, nos observam e nos supervisionam. Uma vez que o papel da escola é emancipar o indivíduo, surge um paradoxo: se, por um lado, os alunos devem ser capacitados para compreender os processos de dominação a que estão expostos, para possível emancipação e busca por transformação; por outro, as escolas também podem acabar por perpetuar e legitimar as desigualdades sociais, seja na maneira como se lida com situações de conflitos, ou através da própria lógica de funcionamento das instituições (BOURDIEU, 2008; LOPES et al., 2011).

A inserção do terapeuta ocupacional na escola, junto aos jovens, pode ocorrer com a intenção da transformação da realidade social dos sujeitos por diferentes perspectivas, mas que, segundo Lopes (2016), devem se pautar na busca pela garantia da participação social dos indivíduos, que pode estar afetada por questões de múltiplas ordens, principalmente àquelas relativas ao contexto macrossocial em que os sujeitos estão inseridos.

As manifestações das desigualdades presentes nas relações sociais atingem com mais intensidade grupos populacionais específicos; as expressões dessas assimetrias podem ser observadas em diversos espaços sociais e institucionais. De forma geral, as instituições estruturantes da sociedade refletem e reproduzem o contexto cultural onde estão inseridas, a escola se insere nessa realidade. Partindo do pressuposto que o ambiente escolar é o local onde se estabelecem normas sociais a serem seguidas e mantidas por todos, sendo, portanto, um espaço que pode legitimar e naturalizar os processos de discriminação.

As concepções sociais e culturais que prevalecem no imaginário social influenciam de forma profunda a maneira como jovens se relacionam na escola, e a

participação social dos sujeitos afetados por tais desigualdades é negativamente afetada pela reprodução do machismo e outras formas de discriminação, portanto entende-se que a intervenção direcionada para a mudança de práticas e concepções excludentes faz parte das possíveis ações da terapia ocupacional na escola (ALMEIDA et al., 2018);

Entendendo que as questões relacionadas à desigualdade de gênero partem da dimensão macrossocial e estão enraizadas em aspectos profundos da nossa constituição cultural enquanto sociedade brasileira, pensar nas estratégias de intervenção da Terapia Ocupacional Social frente a esses contextos, é pensar em abordagens que preveem enfrentamentos culturais, principalmente, no que diz respeito a problematização de concepções sexistas amplamente reproduzidas e que causam impactos nas esferas coletivas e individuais (BRAZ, LEITE JR., BORBA, 2022, p. 11).

Nesse sentido compartilhamos com Lopes e colaboradoras (2011) que a utilização de um arcabouço de ferramentas apoiadas nas ações da Terapia Ocupacional Social, transforma a inserção pontual ou contínua deste campo de conhecimento no cotidiano escolar em um potente gerador de reflexão e questionamento, que é coerente com um modelo de educação onde se discute sobre diversidade, construções sociais e relações de poder.

Consideramos então, que o engajamento deste campo de atuação profissional com as instituições escolares mostra ter um potencial inovador, principalmente por se propor como uma nova interface de ações e métodos para se lidar com temas complexos e que são fundamentais na nossa construção de visão de mundo e, principalmente, de relação humana, baseada nos princípios da equidade e do respeito (SENNET, 2004).

A realização de intervenções direcionadas ao coletivo se torna uma excelente ferramenta para o entendimento de questões sociais que permeiam a vida escolar, e também, uma forma de intervenção ativa, que produz espaços de convivência que possibilitam o respeito, a discussão e potencializam a ampliação das redes de suporte social, construindo um novo referencial de como podem ser pautadas as relações dentro do espaço escolar, além de possibilitar o acesso às realidades grupais e individuais e as diferenças presentes em um espaço coletivo tal como o espaço escolar (SILVA; MALFITANO, 2021; LOPES et al., 2011).

Intencionando negociar conjuntamente a construção de soluções às demandas dos sujeitos, a terapia ocupacional social reúne subsídios para propor ações em simultâneo diálogo com a população destinatária, que também se coloca como propositora e condutora das ações e projetos realizados. Buscando atingir

coletivamente o despertar de um pensamento crítico, fundamental para o desejo de transformação, lança-se mão de uma elaboração que integra o fazer técnico do terapeuta ocupacional às contribuições e experiências dos sujeitos envolvidos, facilitando e promovendo novas elaborações que proporcionem o fortalecimento ou mudança de convicções; o reconhecimento de direitos e deveres e o desenvolvimento de novas perspectivas a respeito de seus cotidianos e dos paradigmas sociais que atravessa seus modos de vida e suas relações (FARIAS & LOPES, 2020; FREIRE, 2013; FREIRE, 1996).

Com base nessa perspectiva, seguimos para a descrição e análise do conjunto de estratégias que foram elaboradas com as intenções mencionadas. Importante notar que no processo de elaboração das diferentes estratégias, a terapia ocupacional social era um dos campos de saberes ao lado da psicologia, ciência social, serviço social, saúde coletiva (entre outros) partilhando do referencial freiriano.

## 5. Metodologia

O percurso metodológico para a produção dos dados presentes nesta dissertação baseou-se na elaboração, condução e análise crítica de oficinas realizadas com jovens alunos de ensino médio da Escola Técnica Estadual Aristóteles Ferreira (ETECAF) e da Escola Estadual Padre Bartolomeu de Gusmão, ambas localizadas no município de Santos, São Paulo e, também, na realização de grupos focais, nos quais participaram alunos de escolas públicas dos municípios de Santos, São Paulo e Sorocaba.

Os recursos interventivos que compuseram o campo empírico em que se baseou esta dissertação fizeram parte de um projeto de pesquisa qualitativa, realizado entre o ano de 2019 até o período atual, nas cidades de São Paulo, Sorocaba e Santos/Guarujá; o projeto de pesquisa *“Vulnerabilidades de jovens às IST/HIV e à violência entre parceiros: avaliação de intervenções psicossociais baseadas nos direitos humanos”*, centra-se em um programa de prevenção da infecção sexual do HIV/aids baseado nos direitos humanos, apoiada em intervenções em escolas de ensino médio articuladas a ações nas unidades básicas de saúde de referência nos territórios escolares abordados, e vêm sendo conduzido por diversos agentes, dentre eles, pesquisadores docentes e discentes vinculados ao projeto de Extensão *“Juventudes e Funk na Baixada Santista: territórios, redes, saúde e educação”* que



tem como um dos objetivos a realização de atividades educativas relacionadas à discussão sobre sexualidade, gênero e saúde sexual em escolas públicas de ensino fundamental e médio na Baixada Santista.

Os pesquisadores ligados ao projeto de Extensão mencionado acima, foram responsáveis pela realização das ações do projeto temático de pesquisa *“Vulnerabilidades de jovens às IST/HIV e à violência entre parceiros: avaliação de intervenções psicossociais baseadas nos direitos humanos”* nas escolas da Baixada Santista que o integram. Na condição de extensionista do projeto *“Juventudes e Funk: Territórios, Redes, Saúde e Educação”* estive inserido nos processos de planejamento, desenvolvimento, condução e participação das ações interventivas do projeto temático de pesquisa voltadas às escolas localizadas em Santos, dessa maneira, participando da produção de dados que vieram a compor também o campo empírico desta dissertação de Mestrado.

Importante mencionar o fato de que a equipe de pesquisadores conta também com alunos de ensino médio que estudam nas escolas que integram o estudo; estes alunos foram contemplados com bolsas de Iniciação Científica e estão formalmente vinculados ao projeto, portanto, com responsabilidades definidas na realização da pesquisa, as quais não se atém apenas à participação nos procedimentos adotados junto às escolas, como é o caso dos demais alunos participantes. Nesta perspectiva, destacamos o significado que esta estratégia assume na construção junto aos jovens, ressaltando o protagonismo que os mesmos exercem no processo de produção científica. Os estudantes que se encontram nessa condição serão doravante referidos para fins deste trabalho como IC-EM.

Durante o decorrer da pesquisa *“Vulnerabilidades de jovens às IST/HIV e à violência entre parceiros: avaliação de intervenções psicossociais baseadas nos direitos humanos”*, os limites e possibilidades de desenvolver uma pesquisa-intervenção em escolas de ensino médio foram definitivamente “atropelados” pela emergência da pandemia da COVID-19, que mudou radicalmente o cotidiano dos participantes da pesquisa, com o fechamento das escolas e das universidades.

Diante deste cenário de acontecimentos importantes no contexto pandemia de COVID-19 na vida dos sujeitos participantes da pesquisa e da compreensão de que as abordagens da saúde sexual e reprodutiva e da violência entre parceiros foi completamente atravessada pela questão da COVID-19, o projeto *“Vulnerabilidades de jovens às IST/HIV e à violência entre parceiros: avaliação de intervenções*

*psicossociais baseadas nos direitos humanos*”, passou a incluir ações direcionadas para avançar na construção de estratégias de manejo das sinergias entre as principais necessidades e demandas trabalhadas no projeto.

Tais necessidades e demandas podem ser assim identificadas: saúde sexual e reprodutiva, violência, saúde mental e COVID-19, com seus severos impactos na vida dos adolescentes e jovens, de forma que foram desenvolvidos recursos interventivos voltados especificamente para as questões relativas aos cuidados e prevenção da COVID-19.

Dentre os métodos de produção de saber empírico junto aos jovens, destaca-se a utilização dos seguintes recursos interventivos que serviram de base para compor os dados expostos reunidos e analisados nesta pesquisa: i) um conjunto de oficinas virtuais voltadas à problematização das formas de prevenção à COVID-19, realizadas com alunos do ensino médio da Escola Técnica Estadual Aristóteles Ferreira, no primeiro momento de retomada da escola às atividades presenciais; ii) dois grupos focais realizados com jovens estudantes de Ensino Médio das escolas participantes do projeto temático, dos sítios de Santos, Sorocaba e São Paulo; iii) um conjunto de oficinas virtuais voltadas à problematização da prevenção da COVID-19 no momento da convivência presencial na escola. As oficinas citadas e os grupos focais aconteceram virtualmente, mesmo diante do início do retorno às atividades presenciais nas escolas, pois naquele momento entendeu-se que nesse formato seria possível ter mais adesão e maior presença dos jovens durante esta etapa da pesquisa.

Foram desenvolvidas duas oficinas distintas, embora, com objetivos similares: i) aprofundar o entendimento a respeito de como os jovens participantes tiveram seus cotidianos afetados pela pandemia; ii) apreender suas percepções a respeito dos processos de cuidado e prevenção da COVID-19 e, iii) capturar seus atravessamentos com categorias que marcam sua vivência dentro e fora do espaço escolar, especificamente gênero e classe social. Estas oficinas foram nomeadas “*Oficinas sobre uso de máscaras e memes*<sup>4</sup>” e “*Oficinas de prevenção integral a COVID-19*” e

---

<sup>4</sup> “Um *meme* é uma imagem transmitida para viralizar na internet, complementada com texto, compartilhando comentários pontuais sobre símbolos culturais, ideias sociais ou eventos atuais. É normalmente uma foto ou vídeo, embora possa ser um bloco de texto. Quando atinge muitas pessoas, ele se espalha por meio de plataformas sociais como Twitter, Facebook, Instagram, mensagens de texto, entre outros. Quanto mais um *meme* é difundido, maior é a influência cultural que ele tem.” In: <https://tecnoblog.net> Consultado em:

aconteceram de forma remota e online, utilizando recursos tecnológicos que possibilitaram a continuação da pesquisa em um contexto de distanciamento social. Estas oficinas foram registradas a partir da transcrição das mesmas e a partir de diários de campo, assim como a produção de um relatório científico a respeito do planejamento, elaboração e execução das mesmas.

A utilização dos dados produzidos com a realização destes encontros virtuais se fez pertinente para o desenvolvimento desta dissertação de mestrado a partir da interpretação do registro das oficinas e grupos focais a partir de um olhar apurado e direcionado para a captação dos atravessamentos entre as questões relativas às expressões da masculinidade e da desigualdade de gênero nos processos vividos e relatados durante as intervenções realizadas, de forma a relacionar tais expressões com as mudanças ocasionadas pela deflagração da pandemia de COVID-19 e com o que foi anteriormente conceituado como masculinidade hegemônica, para fundamentar a discussão feita nesta dissertação.

### ***Oficinas sobre uso de máscaras e memes***

O objetivo destas oficinas foi abrir um diálogo sobre as diferentes concepções possíveis a respeito do uso de máscara como instrumento de prevenção da COVID-19, a partir de *memes*. As reflexões que emergiram a partir das oficinas possibilitaram obter um entendimento mais profundo das experiências dos jovens e de suas redes de suporte durante o período da pandemia. A organização se deu com intuito de viabilizar a realização destas oficinas com um grande número de turmas do ensino médio da Escola Estadual Aristóteles Ferreira, a pedido da gestão da escola no momento de retomada das atividades presenciais na escola, em um momento que ainda havia muitas dúvidas e desconfortos em relação às medidas de prevenção à COVID-19 que deveriam/poderiam ser adotadas pela escola.

As oficinas foram realizadas com vistas a promover maior conhecimento cientificamente validado sobre os modos de transmissão do vírus SARS-CoV-2 e levantar estratégias coletivas e práticas individuais que auxiliassem na prevenção da contaminação por COVID-19. Além destes buscou-se compreender a percepção dos jovens a respeito dos atravessamentos de marcadores como gênero e classe e a forma como sujeitos individuais e coletivos encararam a pandemia e quais

dificuldades eram impostas a depender do contexto em que cada um estivesse inserido.

A reflexão crítica a respeito de seus próprios hábitos e de seus familiares e outros grupos que compõem seus principais círculos de convivência também fazia parte dos objetivos desta oficina. Buscamos, portanto, enfatizar a participação dos jovens e, simultaneamente, fazer bom proveito de recursos tecnológicos de informação para mobilizar a presença dos estudantes nestes processos em um momento de severas restrições de deslocamento e socialização causadas pela pandemia.

As oficinas foram planejadas para ter duração de 1h30min e dois facilitadores vinculados às universidades, além da participação dos/as IC-EM na elaboração e facilitação das oficinas. Cada oficina foi realizada com alunos de uma sala de ensino médio da ETECAF, tendo sido realizadas com sete salas de alunos do 1º ano do Ensino Médio, seis do 2º ano e quatro do 3º ano, sendo realizadas dezessete oficinas no total, que incluíram de 4 a 11 participantes de 15 a 18 anos, entre os meses de abril e maio de 2021.

As oficinas se iniciaram com dinâmicas quebra-gelo em que propusemos uma atividade chamada “C e S” na qual propusemos que o tema seria COVID-19. Na atividade, uma pessoa coloca uma palavra inicial, de acordo com o tema, e em seguida outra pessoa deve falar outra palavra relacionada à primeira, e sempre ligada ao tema, desde que não inicie com a letra ‘c’ ou a letra ‘s’.

Após a realização da dinâmica de aquecimento dava-se início à proposta principal que compôs a oficina; a realização de um debate acerca do uso de máscaras como método de prevenção. Para esta etapa da oficina os participantes foram aleatoriamente divididos em dois grupos, onde um argumentaria a favor do uso de máscaras e o outro se posicionaria de maneira contrária. Antes de dar início ao debate, os grupos se reuniam em duas salas virtuais distintas, para elaboração de seus argumentos, processo que era facilitado pela exposição de um *meme* que corroborava o ponto de vista a ser defendido. Em um segundo momento, todos se reuniam na mesma sala virtual para compartilhar resultados de suas reflexões e realizar o debate. A formação dos grupos não reflete a posição ideológica dos estudantes a respeito do tema debatido. Ao final do debate, a turma refletiu conjuntamente a respeito do que foi colocado durante a discussão e fazia a construção coletiva de *memes*, que eram editados pela equipe facilitadora, composta por

pesquisadores.

A utilização dos *memes* como instrumento para o fomento das discussões, tal como material para provocar a reflexão se deu na intenção de utilizar recursos linguísticos e visuais pertencentes às vivências do público com que se trabalha. Os *memes* são grande parte da maneira como os jovens utilizam a internet para se relacionar, a ideia de criar conjuntamente *memes* que tanto possuem efeito humorístico, como também provocam reflexão, se provou de grande valia para obter maior acesso à realidade dos jovens, assim como para instigar o diálogo sobre temáticas que podem causar desconforto e disputa.

Durante a execução das oficinas os participantes se sentiram à vontade para discutir o conteúdo trazido pelos *memes* expostos pelos facilitadores, principalmente por estarem entre seus pares, porém o que se notou foi a necessidade de pontuar estrategicamente o que era colocado pelos alunos, de forma a instigar debates e questionamentos mais profundos a respeito do assunto abordado pelas imagens exibidas, que, apesar de terem efeito cômico, eram passíveis de ter seu conteúdo problematizado e debatido, possibilitando análises que extrapolaram o caráter cômico dos *memes*, disparando reflexões coletivas a respeito de assuntos como classe social e o acesso à informação e aos utensílios necessários para se prevenir, como máscaras e álcool em gel; a efetividade (ou falta de) das ações dos órgãos públicos para o controle da contaminação do vírus transmissor da COVID-19; o excesso de informações (muitas vezes contraditórias) sendo veiculadas a respeito da gravidade dos efeitos da contaminação em massa por COVID-19 e dos métodos preventivos contra a mesma e o impacto que a discrepância na maneira como as pessoas lidaram com a pandemia gerou em suas relações interpessoais.

A proposta de dividir os alunos em grupos para defesa de argumentos que não necessariamente refletem suas crenças a respeito do assunto em questão fez com que muitos adotassem um tom sarcástico na defesa de seus argumentos, de forma a reproduzir falas e ideias associadas à certos estereótipos, tanto para efeito cômico, quanto para deixar nítido que não acreditavam naquilo que estavam defendendo, e ainda, ironizar as pessoas que carregam e transmitem essas ideias; este fato foi observado invariavelmente entre os jovens que estavam incumbidos de defender o não uso de máscaras e outros métodos de prevenção.

Mesmo exercendo seus papéis na oficina de forma exagerada e caricata, foi possível observar fatos interessantes e pertinentes a respeito da concepção destes jovens acerca da forma como diferentes pessoas entenderam os efeitos da pandemia

de COVID-19, e como estas diferenças estavam normalmente associadas à outros comportamentos e conjunto de crenças.

### ***“Oficinas de prevenção integral a COVID-19”***

As *“Oficinas de prevenção integral a COVID-19”* foram oficinas realizadas junto aos jovens IC-EM da Escola Técnica Estadual Aristóteles Ferreira e da Escola Estadual Padre Bartolomeu de Gusmão, porém, antes da realização das oficinas junto aos estudantes, foi realizada uma oficina piloto, que não incluiu os estudantes do ensino médio, estando presentes apenas os pesquisadores de graduação e docentes vinculados à pesquisa, para que após esta experiência, a oficina fosse replicada junto aos pesquisadores de iniciação científica estudantes dos colégios assinalados anteriormente.

Essa oficina foi feita com o objetivo de aumentar a compreensão do mecanismo de transmissão do SARS-Cov-2; ampliar o entendimento sobre o funcionamento das estratégias de prevenção da COVID-19; discutir e promover mais conhecimento a respeito da provisoriedade das informações científicas diante do conhecimento incipiente àquela época, sobre o vírus, sua transmissão e letalidade; capacitar os jovens para que melhor avaliassem situações de sua vida cotidiana com o intuito de reduzir riscos de exposição ao vírus da COVID-19, enfatizando o contexto escolar em que estão inseridos.

Além dos objetivos descritos, a oficina foi planejada de maneira a acolher as possibilidades e relatos de situações de exposição desnecessária ao vírus ou descuido com a proteção de si mesmos ou pessoas próximas contra a infecção por COVID-19; e a promover a reflexão crítica sobre a desigualdade social como fator determinante para a forma com a qual cada um lidou com o período de pandemia e as condições de se prevenir contra o contágio por COVID-19, tal como a impossibilidade de efetivamente se manter seguro e não se expor a possíveis situações de risco de contágio.

A primeira etapa da oficina consistiu no preenchimento de um questionário pré-teste com onze perguntas sobre os métodos de prevenção a COVID-19 usando a

plataforma kahoot<sup>5</sup>, a fim de avaliar o conhecimento dos participantes a respeito da transmissão da COVID-19 e os métodos preventivos para evitá-la.

Em seguida, os participantes foram convidados a imaginar cenários de exposição ao SARS-CoV-2, vivenciados ou testemunhados em sua vida cotidiana. Após todos terem uma “cena” em mente, foi pedido para que todos criassem títulos para as cenas imaginadas e compartilhassem com o grupo. Com os títulos de cada um foram expostos, foi feita uma votação para eleger uma cena referente a um dos títulos usando uma enquete da plataforma google meet (plataforma usada para a execução da oficina). A cena eleita, então, foi descrita e compartilhada com o grupo pela pessoa que a nomeou, e em seguida a mesma foi debatida e decodificada, dando início a um debate coletivo sobre os aspectos que atravessaram essa situação descrita.

A apresentação da cena eleita foi direcionada por algumas questões feitas pelos facilitadores, para que pudéssemos tocar em pontos relevantes para obter maior entendimento dos fatores que permeiam a situação que estava sendo relatada; sendo realizadas perguntas sobre o local onde a cena aconteceu; como o participante se sentiu durante aquela situação; se ele pensava que tal situação poderia ter sido evitada; se a cena era atravessada por aspectos relativos à classe social, gênero ou raça; qual foi a sua primeira reação; como gostaria de ter reagido e outras perguntas com o intuito de gerar reflexão individual e coletiva sobre os muitos elementos que estavam presentes naquele cenário e que são comuns às vivências de outros participantes durante a pandemia.

A elaboração coletiva durante a discussão gerou questionamentos e elaborações sobre a necessidade de se expor devido às condições socioeconômicas; as possibilidades de minimizar os riscos de contaminação através de políticas públicas; as impressões sobre o descumprimento dos métodos de prevenção e os motivos pelos quais se dão e outros questionamentos que poderiam aprofundar as percepções de cada um sobre a maneira como se deram suas vivências durante este período de pandemia e da necessidade de cumprimento do distanciamento social.

---

<sup>5</sup> Plataforma Kahoot: é uma plataforma de aprendizado baseada em jogos, usada como tecnologia educacional em escolas e outras instituições de ensino. Seus jogos de aprendizado, “Kahoots”, são testes de múltipla escolha que permitem a geração de usuários e podem ser acessados por meio de um navegador da Web ou do aplicativo Kahoot.

Ao final da discussão, foi aberto um espaço de diálogo para avaliação da oficina e para que todos pudessem compartilhar o que acharam da oficina e de como foram impactados por ela, assim como para que pudessem dar suas opiniões a respeito do que foi positivo e o que poderia ter sido melhor na condução da mesma.

### ***“Grupos focais”***

A proposta dos grupos focais foi elaborada visando o aprofundamento da compreensão da intersecção entre os marcadores de gênero e a maneira como foi vivenciada o período da pandemia pelos jovens estudantes das escolas contempladas pela pesquisa, portanto, o tema norteador dos grupos foi “ser homem ou mulher na pandemia”. Foram realizados o total de dois grupos focais.

Foi priorizada a maior diversidade entre os participantes que compuseram os grupos focais, buscávamos IC-EM de diferentes períodos e escolas que compõe o Projeto Temático (diurno e noturno), uma presença mais equânime entre homens e mulheres, a participação significativa de negras e negros e a inclusão de jovens trabalhadores. Embora buscássemos compor grupos focais com a maior diversidade possível, como o número de jovens em IC-EM era limitado e a presença deles variando na vida on-line desgastada, frequentemente tivemos que renunciar à seleção baseada na diversidade para priorizar a viabilização dos grupos.

A fim de captar com maior acuidade as experiências compartilhadas na realização dos grupos focais que pretendiam analisar as questões relativas a como os jovens percebiam os atravessamentos entre o gênero com o qual se identificavam e suas vivências durante a pandemia e o período de distanciamento social, os grupos foram divididos entre meninos e meninas, sendo realizados dois grupos distintos, um contando com cinco garotos, alunos de ensino médio de escolas diversas participantes da pesquisa, e o outro com seis garotas, também alunas de ensino médio de diferentes escolas.

Os grupos focais aconteceram de forma assíncrona usando a plataforma “*Whatsapp*”. Foram criados grupos onde estavam presentes os jovens participantes e pesquisadores que tiveram o papel de facilitar e coordenar as interações entre os membros do grupo, de forma a abordar os pontos relevantes para a pesquisa, seguindo um roteiro de perguntas. Na medida em que eram respondidas pelos jovens, eram aprofundadas através de novos questionamentos feitos a partir das respostas



dadas pelos jovens, com intuito de gerar reflexões mais complexas sobre o que era colocado pelos estudantes.

O roteiro foi planejado pensando em manter o grupo ativo por um delimitado período de tempo, então foi acordado entre os pesquisadores responsáveis pela condução do grupo, que as perguntas seriam feitas em momentos pré-determinados, tentando viabilizar a maior interação possível entre os participantes e os facilitadores, para que todos pudessem responder e trazer suas colocações.

Objetivando uma análise mais fidedigna a respeito das diferenças entre os relatos vindos do grupo de meninas e de meninos, foram feitas as mesmas perguntas em cada grupo, assim pudemos ter uma perspectiva realista das similaridades e discrepâncias no que meninos e meninas viveram e sentiram durante o período da pandemia.

O grupo iniciou-se com um convite a pensar uma “cena” que aconteceu na pandemia, com a pergunta se a/o jovem fosse de outro gênero, se a experiência teria sido diferente. Em seguida, demos seguimento ao roteiro de questões referentes ao mesmo tema, contendo as seguintes perguntas:

- “Vocês percebem diferenças na pandemia entre homens e mulheres em relação ao cuidado da casa e das pessoas (irmãos/os, avôs/ós, etc.)?”
- “E em relação ao trabalho fora de casa? Vocês perceberam (sentiram) diferença na cobrança feita sobre homens e mulheres?”
- “Vocês percebem diferenças em relação ao modo como mulheres e homens se cuidam e cuidam dos outros em relação à COVID-19 (uso de máscaras, distanciamento físico, higiene das mãos, manter lugar ventilado, etc.).”
- “Vocês notam diferenças em relação ao controle que familiares exercem ou não em relação ao comportamento de filhas e filhos na pandemia? (pode ser na sua família ou em famílias conhecidas).”

- “Vocês perceberam diferenças em relação a como mulheres e homens se relacionam com amizades durante a pandemia? (pode ser no seu caso ou de pessoas conhecidas).”
- “Vocês perceberam diferenças em relação a como mulheres e homens se relacionam com namorados, namoradas, “crushes”, “ficantes”, “contatinhos”, etc. durante a pandemia? (pode ser no seu caso ou de pessoas conhecidas).”

Ao término dos trabalhos dos grupos, os moderadores abriram um espaço para que os participantes avaliassem e compartilhassem suas impressões quanto à maneira como os grupos foram conduzidos e às perguntas feitas durante sua execução, tal qual como se sentiram ao conversar sobre os temas tratados no grupo.

Importante destacar que as oficinas se caracterizam como principal recurso interventivo e analítico na realização desta pesquisa, por possibilitarem uma ampla diversidade de ações, análises e reflexões, podendo ser executada de muitas formas diferentes, elaborada sobre temáticas específicas e utilizando recursos relevantes e que fazem sentido para o grupo com que se trabalha, como elementos relativos à cultura do coletivo; músicas, *memes*, séries e outros possíveis disparadores de reflexão e discussão, reforçando, enfatizando a multiplicidade de saberes e valores, dessa forma criando um lócus onde aconteçam diálogo e trocas significativas, tanto para o processo de pesquisa quanto para uma possível desconstrução e reformulação de ideias dos sujeitos envolvidos, pois é por meio do encontro e das discussões que visões de mundo se manifestam e que se abrem espaços para serem questionadas e desmistificadas (GROPPO; COUTINHO, 2013).

Realizou-se, ainda, uma revisão bibliográfica a respeito dos temas centrais da pesquisa; marcadores sociais da diferença gênero e classe na juventude; masculinidade e as tecnologias sociais da terapia ocupacional.

Todos os procedimentos metodológicos utilizados respeitam os preceitos da ética em pesquisa e o que estabelece o Estatuto da Juventude e foram submetidos ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos<sup>6</sup>. Os resultados foram analisados a partir da descrição e comparação das diferentes oficinas que se deram ao longo do processo de realização da pesquisa, à luz dos referenciais teóricos

---

<sup>6</sup> Número do processo referente ao Projeto Temático: 17/25950-2

adotados, assim como, a partir das percepções dos jovens acerca das mesmas. Dada a dinamicidade do processo de construção e desconstrução de ideias, não é possível avaliar a efetividade do trabalho a partir de um referencial rígido de objetivos a serem alcançados no que diz respeito à manutenção ou flexibilização de posicionamentos ideológicos. A avaliação do trabalho deve ser baseada na abertura ao diálogo para discutir tais posicionamentos e na possibilidade de apreensão das formas como conceitos socialmente estipulados atravessam o cotidiano deste público, através das oficinas.

Assim, a análise destes processos foram realizadas à luz dos pressupostos teórico-metodológicos da Terapia Ocupacional Social e dos estudos sobre gênero e sexismo, principalmente, fundamentados em autores e autoras que utilizam o conceito de masculinidade hegemônica, conceito este que se refere a regência das formas como se dão as relações, tanto na microesfera pessoal de cada um, quanto nas relações de poder que se estabelecem na política, nas relações profissionais e que se perpetuam através de mecanismos sistemáticos e institucionais.

## **6. Resultados e discussão preliminares - A expressão da masculinidade hegemônica nos cotidianos dos jovens durante a pandemia de COVID-19**

Durante o período de pandemia houve uma intensificação da produção de desigualdade nas suas diferentes formas, assim como uma fragilização das redes de suporte presentes na vida das pessoas, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade social<sup>7</sup>. A circulação na cidade, o acesso aos equipamentos públicos, as possibilidades de exercer atividades com intuito de geração de renda e os encontros presenciais foram todos limitados pelas restrições exigidas a fim de conter as altas taxas de contaminação por COVID, às quais, por muito tempo permaneceram alarmantes, tanto quanto o elevadíssimo número de óbitos causado pela doença.

---

<sup>7</sup> “‘Vulnerabilidade Social’ é um conceito multidimensional que se refere à condição de indivíduos ou grupos em situação de fragilidade que os tornam expostos a riscos e a níveis significativos de desagregação social. Relaciona-se ao resultado de qualquer processo acentuado de exclusão, discriminação ou enfraquecimento de indivíduos ou grupos, provocado por fatores, tais como pobreza, crises econômicas, nível educacional deficiente, localização geográfica precária, dentre outros.” XIMENES, Daniel de Aquino In: GRUPO DE ESTUDOS SOBRE POLÍTICA EDUCACIONAL TRABALHO DOCENTE, UFMG, consultado em: <https://gestrado.net.br/verbetes/vulnerabilidade-social/>.

As mudanças acarretaram na impossibilidade da população de exercer sua participação social de forma plena, fato este que se agrava quando nos voltamos para alguns grupos populacionais mais intensamente afetados pelas diversas rupturas em seus cotidianos ocasionadas pela pandemia de COVID-19; entre eles, podemos citar as mulheres, considerando que a desigualdade de gênero estruturante das relações já era um problema pré-existente à deflagração da pandemia, mas que se acentuou neste período.

A desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho é uma realidade que já se fazia presente anteriormente à deflagração da pandemia de COVID-19. O papel discrepante que homens e mulheres exercem no universo do trabalho é produto de um processo social e histórico antigo, mas que ainda se estabelece nos dias de hoje, processo explicado pelas autoras Hirata e Kergoat (2007) através do conceito de divisão sexual do trabalho:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.). [...] Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuais que remetem ao destino natural da espécie (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Essa divisão é evidenciada pelo que se observa em pesquisas demográficas; a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) revelou em 2018 que apenas 45,6% da população inserida no mercado de trabalho no Brasil é composta por mulheres, ainda que essas compõem 52,4% da população com idade para trabalhar. Em 2019, o IBGE informou que a média salarial das mulheres era de R\$ 1.958,00 (um mil, novecentos e cinquenta e oito reais), enquanto homens possuíam uma média salarial de R\$2.945,00 (dois mil, novecentos e quarenta e cinco reais) dos homens (BASTOS; ARAÚJO, 2022).

A PNAD Contínua sobre outras formas de trabalho realizada em 2019, colocou luz à outro fato que reforça a manutenção da desigualdade de gênero no campo do trabalho e os fatores para a dificuldade de ingresso e permanência das mulheres no

mercado de trabalho; de acordo com a pesquisa, do total de pessoas que se responsabilizam pela realização de afazeres domésticos, 92,1% são mulheres, enquanto 78,6% desta população é composta por homens. Nesta mesma pesquisa, constatou-se também que 36,8% das mulheres participantes relatam ter como responsabilidade, além dos afazeres domésticos, o cuidado de outras pessoas inseridas em seu círculo social, como crianças, pessoas enfermas, idosos e pessoas com deficiência, enquanto a população masculina possui 25,9% dos indivíduos com a mesma atribuição (BASTOS; ARAÚJO, 2022).

A distribuição assimétrica das responsabilidades e afazeres nos lares, com jornadas do trabalho feminino superiores em relação ao masculino, ocupa centralidade na questão da desigualdade de gênero. Esta desigualdade que é presente na esfera doméstica reverbera para as demais dimensões da vida social, de tal modo que acaba por reduzir, dramaticamente, as oportunidades de acesso das mulheres às conquistas e aos direitos consignados na sociedade (CARMONA, 2013).

As abordagens realizadas, fossem elas por meio das oficinas ou dos grupos focais, revelaram a sobrecarga do trabalho feminino, exacerbando uma condição já existente e que se agravou em decorrência da pandemia, fundamentalmente no que se refere aos novos hábitos que tiveram que ser implementados, tais como: adoção de medidas e cuidados para a prevenção à COVID-19; administração da rotina doméstica levando em conta as recomendações de isolamento; uso de máscara; higiene e limpeza; acompanhamento das atividades escolares dos filhos e tantas outras ações que acabam por aprofundar a desigualdade entre os gêneros nas relações conjugais, conforme argumentado por Oliveira (2020, p. 158):

Em um cenário de crescente instabilidade política, econômica e social, são mulheres que carregam os custos físicos e emocionais mais pesados. São também as que conectadas em redes de apoio mútuo e colaboração expressam a ação solidária e a resistência horizontal que sobrevive à pandemia.

Observamos que, através das propostas de intervenção realizada junto aos jovens, foi possível capturar relatos que expressam as desigualdades vivenciadas na organização e dinâmica familiar de seus próprios lares. As oficinas e conversas mediadas por pesquisadores participantes dos métodos que compõem o campo empírico desta pesquisa, estimularam e viabilizaram múltiplas trocas com diferentes jovens, de contextos diversos, que fizeram emergir descrições de diversas formas de expressão das desigualdades de gênero dentro de suas casas.

Durante a realização dos grupos focais, foram feitas perguntas que tocavam especificamente na questão do gênero e as diferenças observadas pelos jovens no que se refere aos papéis que homens e mulheres ocupavam na execução de tarefas essenciais à manutenção doméstica e aos cuidados sanitários, que se tornaram centrais durante a pandemia de COVID.

Ao questionarmos jovens garotos, alunos de ensino médio de escolas distintas a respeito da maneira como eram distribuídas as tarefas domésticas em suas casas, os participantes do grupo focal relataram observar o excesso de trabalho exercido pelas mulheres, que, em muitos casos ocorria concomitantemente a desresponsabilização dos homens sobre as mesmas tarefas, como observamos nesta resposta dada por um dos jovens presentes no grupo focal:

Pesquisador não identificado: Vocês percebem diferenças na pandemia entre homens e mulheres em relação ao cuidado da casa e das pessoas (irmãos/os, avôs/ós, etc.)?"

Aluno não identificado: *"Sim, eu percebi e vivi essa diferença aqui em casa, por exemplo. Tenho duas irmãs mais velhas que moram comigo e elas têm filhos, porém, são separadas dos pais das crianças. Quando começou o isolamento social elas tiveram que continuar trabalhando e as crianças pararam de ir presencialmente para a escola e tiveram que ficar em casa. Nenhum dos pais se propôs a ajudar nessa nova dinâmica, eles continuaram nos seus empregos e com as suas rotinas. Por fim, eu que ajudei minhas irmãs com as crianças enquanto elas trabalhavam.*

*Como aqui em casa somos entre irmãos e uma mãe solteira (a "chefe" da família), as atividades sempre ficaram mais concentradas na rotina da minha mãe, uma vez que eu estudava e minhas irmãs trabalhavam, ou seja, minha mãe cuidava da casa e dos meus sobrinhos, e só trabalhava fora, como diarista, uma ou no máximo duas vezes na semana (...) ao passo que como eu disse na outra mensagem, os pais das crianças seguiam com sua vida, sem necessariamente ter essa preocupação de "meu Deus! E agora, o que faço com as crianças, com o trabalho, com a família...?"* (Transcrição de grupo focal realizado com alunos do Ensino Médio de colégios distintos).

A necessidade de adaptação frente a um cenário atípico impôs muitas dificuldades e desafios na condução da rotina e das atividades essenciais para viver, e nesta colocação feita por um dos integrantes do grupo focal, é possível observar que homens e mulheres se portaram de maneiras distintas diante das novas demandas causadas pelos impactos da pandemia de COVID, considerando que a situação descrita reflete a realidade de muitas famílias.

Segundo a Pesquisa por Amostra de Domicílio Contínua – PNDA Contínua (2018), as mulheres dedicam, em média, quase duas vezes mais tempo semanal a afazeres domésticos e/ou atividades relacionadas ao cuidado de pessoas do que os homens (REIS et al., 2020). A desigualdade na divisão de trabalho doméstico, que sobrecarrega as mulheres, principalmente mulheres-mães, comprova como o

ambiente do lar é mais um espaço onde se faz exercer o poder masculino. Muitas vezes, a presença dos homens em casa não significa cooperação ou distribuição mais harmônica das tarefas entre toda a família, mas sim o aumento do trabalho invisível e não remunerado das mulheres (VIEIRA; GARCIA; MACIEL, 2020).

Com as consequências da necessidade de se passar mais tempo em casa, houve um aumento nas demandas concernente à manutenção domiciliar, que recaíram sobre as mulheres, como constatado por diferentes meninas que participaram do grupo focal:

Pesquisador não identificado: Vocês percebem diferenças na pandemia entre homens e mulheres em relação ao cuidado da casa e das pessoas (irmãs/os, avôs/ós, etc.)?"

Aluna não identificada: *“Eu vejo um diferencial bem grande em relação a meninos durante a pandemia no ambiente acadêmico, na minha sala tem somente 4 meninas, essas meninas, incluindo eu, ficaram muito mais sobrecarregadas do que a maioria dos meninos da sala, isso por causa da cobrança que existe não somente em relação à escola, mas também em relação a tarefas domésticas, que na maior parte das vezes acaba sendo uma responsabilidade que cai em cima de mulheres, dessa forma, dentro da minha sala, o desempenho da maioria das garotas diminuiu por causa dessa sobrecarga que a gente veio a ter.”* (Transcrição de grupo focal realizado com alunas de Ensino Médio de colégios distintos).

No relato acima, nota-se que o cumprimento de papéis socialmente designados tem múltiplas implicações que favorecem a sustentação do status de desigualdade entre gêneros. A partir do que foi colocado por essa estudante, constata-se que a responsabilidade pela manutenção da casa, atribuída às meninas e mulheres, impede que as mesmas possam dedicar mais tempo a outras tarefas, e conseqüentemente, gera maior dificuldade de participação social ativa, de buscar atividades remuneradas ou de se dedicar ao estudo (CARMONA, 2013).

Ao constatarmos que os modelos desiguais de compartilhamento de responsabilidades da vida familiar se acentuaram, mesmo em um contexto de importantes mudanças nos modos de vida causadas pela pandemia, se faz evidente a prevalência de modelos hegemônicos patriarcais como regentes das relações; “modelos hegemônicos de masculinidade socialmente legitimados estão também em jogo nas famílias. Por exemplo, as estratégias de gênero dos homens definem negociações em torno do trabalho doméstico e da "dupla jornada" (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 253).

A preservação das disparidades presente dentro de relações e acordos familiares remetem ao pensamento de que existem atividades pertencentes ao universo masculino e outras ao universo feminino; a negação daquilo que é

compreendido como função da mulher faz parte dos traços que compõem o conjunto de práticas que constitui a masculinidade hegemônica, “que é demarcada através da configuração atual da prática que legitima a posição dominante dos homens na sociedade e justifica a subordinação das mulheres e outras formas marginalizadas de ser um homem” (PEREIRA; GAMA, 2021, p. 220).

Em função da mudança do contexto econômico e social, são abalados os padrões anteriores, nos quais, por exemplo, a responsabilidade pelo provimento financeiro é atribuída à figura masculina, que, em função de ocupar esta posição, desobriga-se de assumir incumbências propriamente da rotina doméstica. Com a impossibilidade total ou parcial de exercer a função de sustento material da família, provocada pela pandemia, o homem é deslocado deste lugar, e (equivocadamente) se vê obrigado a lutar para manter sua hegemonia, para tanto, é indispensável exercer a dominação sobre as feminilidades (SANTOS et al., 2021).

Existem outras maneiras em que se fez expressa a desigualdade de gênero vinculadas ao contexto pandêmico, que também suscitam interpretações a respeito das formas como comportamentos associados ao modelo hegemônico de masculinidade afetou homens e mulheres, principalmente no que é referente às práticas de cuidado cotidianas neste período.

Durante a realização dos grupos focais, ao serem realizadas perguntas sobre como se deram os cuidados em saúde e as ações preventivas em suas famílias, jovens afirmaram terem notado que homens e mulheres de suas famílias aderiram de maneira diferente às recomendações amplamente divulgadas de medidas de prevenção à contaminação por COVID-19, como exposto a seguir:

Pesquisador não identificado: Vocês percebem diferenças em relação ao modo como mulheres e homens se cuidam e cuidam dos outros em relação à COVID-19 (uso de máscaras, distanciamento físico, higiene das mãos, manter lugar ventilado, etc.).

Aluno não identificado: *“eu percebi um pouco, minha mãe cobra mais pela higienização de coisas vindas da rua do que eu mesmo me cobro, ela sempre passa um pano com álcool e lava o que der pra lavar.”* (Transcrição de grupo focal realizado com alunas do Ensino Médio de escolas distintas).

A discrepância no modo como mulheres e homens seguiram os métodos de prevenção contra o COVID-19 foi observado também no decurso da *Oficina de prevenção integral a COVID-19*, durante o relato de um dos participantes, a respeito de uma experiência de trabalho em um buffet de festas:

Pesquisador não identificado: “Percebi que entre os convidados, as mulheres usam mais máscara, nessas situações quando vão levantar da mesa para andar elas se preocupam mais; alguns homens nem chegam ao buffet



usando máscara, mesmo sendo obrigatório para entrar no local (...) Adolescentes eu acho que nunca vi usando máscara no buffet, então eles ficam sem máscara mesmo; entre os adultos as mulheres usam mais que os homens e os idosos usam bastante” (Transcrição de Oficina de prevenção integral a COVID-19, realizadas junto aos jovens IC-EM da Escola Técnica Estadual Aristóteles Ferreira e com os alunos de iniciação científica da Escola Estadual Padre Bartolomeu de Gusmão).

O comportamento geral das pessoas simplifica a condição feminina da mulher como responsável pelos cuidados dos demais membros da família e conserva o papel social imposto às mulheres, que são associadas ao ato de cuidar e outras práticas consideradas pertencentes ao que é feminino.

Durante as “Oficinas sobre uso de máscaras e memes” realizada junto aos alunos de ensino médio da Escola Estadual Aristóteles Ferreira, verificou-se a naturalidade com que se dá a associação da figura feminina ao cuidado na fala de um dos jovens no decorrer da discussão: “(...) *mas gente, convenhamos, todo mundo, todo mundo tem ou conhece uma tia, uma avó que sabe costurar e que faz máscara (...)*” que, ao tratar do tema de acessibilidade do uso de máscara, vincula às mulheres práticas referentes ao cuidado, além de outras atividades tradicionalmente reservadas ao feminino e negadas pelo masculino. A espontaneidade da fala frisa a presença de concepções que ainda reservam determinadas funções apenas às mulheres, limitando as possibilidades de exercer outros papéis e atividades, corroborando com a reprodução da desigualdade de gênero.

A expectativa de que as mulheres continuem a se ocupar com o cuidado - em todas suas formas -, é reforçada pelo descaso masculino com os cuidados da sua própria saúde e da família. De modo que atentar e cuidar da saúde, sobretudo, no que diz respeito ao uso de máscara, manter o distanciamento físico, evitar aglomerações, entre outras recomendações a serem observadas, não é comportamento para homens, pois caracteriza fragilidade, vulnerabilidade e reduzida virilidade (GOMES, 2003; NASCIMENTO, 2011). Acrescenta-se a este, outro aspecto, advindo da cultura mais tradicional que associa o autocuidado à feminilidade (KEIJZER, 2006).

Tem que se lançar luz e destacar o significado do “cuidar” ou do “cuidado”, por se tratar de categoria analítica que explica, em grande parte, os consequentes comportamentos do agir com a distinção de gênero, na medida em que são as mulheres, como já mencionado anteriormente, que estão na linha de frente dentro dos seus lares e junto às suas famílias e agregados - cuidando. É necessário salientar que na área da saúde a maioria dos trabalhadores que enfrentaram e, ainda

enfrentam, o combate ao vírus da COVID-19 é mulher. Isto diz muito sobre a centralidade do cuidado atrelado à condição feminina superlativizada em momentos de crise sanitária como no caso específico da pandemia da COVID-19 (BARROSO; GAMA, 2021).

Algumas considerações sobre o comportamento dos homens, objeto de análise e interpretação de autores que se debruçaram sobre o tema, foram indicativas de que o descaso com a saúde e, por conseguinte, maior exposição à contaminação, contágio e propagação da doença são elementos constitutivos do padrão por estes reproduzido de masculinidade hegemônica.

Outros aspectos associados a este comportamento estão relacionados a apresentação dos atributos masculinos como o reconhecimento da condição de ser homem, “atestado de hombridade”, no caso da saúde especificamente o autocuidado pode afetar a aprovação dos pares e abalar esta “reputação”.

A medida que a maneira com a qual cada sujeito adere às medidas de prevenção à contaminação pelo vírus Sars-Cov-2 não afetam apenas o indivíduo, mas repercutem diretamente na saúde das pessoas do seu convívio frequente, e indiretamente na saúde de todos que estiveram fisicamente próximos nos espaços em que transitou, compreende-se que a não adesão aos devidos cuidados necessários para evitar a contaminação e transmissão do vírus representam uma forma de opressão, ao passo que, a decisão individual de não seguir as ações preventivas amplamente divulgadas, impõe o risco de contágio às pessoas com quem se vive ou se encontra, retirando das mesmas a liberdade de se prevenir contra o COVID da maneira que julgam adequada e eficiente.

A impossibilidade de intervir efetivamente na exposição ao contágio inerente a convivência com sujeitos masculinos que demonstram maior risco de propagação da doença por não se protegerem adequadamente, representa a dominação exercida através de violências simbólicas e reais, que são características da opressão nas relações de gênero e de como se expressa a masculinidade hegemônica, pois é a condição de “chefe da família” atribuída aos homens que possibilita a determinação de regras e dinâmicas, implícitas ou explícitas, sem que haja questionamento por parte dos demais indivíduos que são afetados por suas atitudes frente às condições colocadas pela pandemia de COVID-19.

Práticas exercidas a fim de deslegitimar informações cientificamente validadas divulgadas ao público, e a adoção de atitudes baseadas em pensamentos e discursos

negacionistas que minimizam os impactos à saúde atrelados à infecção por COVID-19, foram observadas e relatadas pelas jovens durante a realização dos grupos focais, como os excertos a seguir:

Pesquisador não identificado: Vocês percebem diferenças em relação ao modo como mulheres e homens se cuidam e cuidam dos outros em relação à COVID-19 (uso de máscaras, distanciamento físico, higiene das mãos, manter lugar ventilado, etc.)?

Aluna não identificada: *“A minha família como um todo foi muito cuidadosa com a COVID, muitos têm comorbidades e ficaram com medo. Porém, percebo que tanto em casa, quanto na casa de famílias próximas, ocorreu de o tempo dos trabalhos domésticos de limpeza das mulheres praticamente dobrar. Em relação à minha casa, minha mãe se manteve extremamente preocupada com a limpeza a todo momento, sempre estava lembrando eu e meu pai para tomarmos cuidado com o que fazíamos. Já o meu pai, por muito tempo desse período acreditou que estava protegido e não tinha problema sair por aí se fizesse aqueles tratamentos precoces. Ele não respeitava os distanciamentos, nem as regras estabelecidas para a proteção. Parece que para ele não existiu pandemia. Minha mãe e eu não gostamos disso, mas ele não se importa muito.”* (Transcrição de grupo focal realizado com alunas de Ensino Médio de colégios distintos).

No texto acima é notável a discrepância existente na percepção que diferentes sujeitos tiveram da pandemia e dos riscos e possíveis consequências da exposição ao vírus Sars-Cov-2 e sua transmissão. A descrença e a invalidação do conhecimento científico tornaram-se um ponto chave de embate entre as pessoas, motivando conflitos que se estenderam desde a esfera pública e política até as relações interpessoais, como é possível observar também na fala de outra aluna do Ensino Médio ao descrever o que percebeu em sua casa a respeito da dinâmica de cuidado e prevenção:

Pesquisador não identificado: Vocês percebem diferenças em relação ao modo como mulheres e homens se cuidam e cuidam dos outros em relação à COVID-19 (uso de máscaras, distanciamento físico, higiene das mãos, manter lugar ventilado, etc.)?

Aluna não identificada: *“Tenho experiências parecidas também, com a pandemia minha mãe começou a trabalhar na linha de frente da covid e eu tenho 2 irmãos, então acabei tendo que dar um grande auxílio com eles por conta do fechamento das escolas. Mas percebi que com muita gente não foi assim, os meninos contavam que ficavam jogando o dia inteiro e independente de qualquer coisa não sentiam a obrigação de ajudar em casa com o mínimo.*

*Já aqui em casa foi um pouco diferente deu pra perceber grande diferença dos cuidados entre minha mãe e meu padrasto, ele foi o único que pegou covid, mesmo minha mãe não parando de trabalhar, sempre tinha que ficar no pé dele, percebi que precisava que ela ficasse sempre alertando ele, até mesmo com os remédios pós-covid. Então se destacou ainda mais a importância dela cuidando de todo mundo.”* (Transcrição de grupo focal realizado com alunas de Ensino Médio de colégios distintos)

A postura negacionista que muitos adotaram foi, ainda, reforçada por narrativas e informações sem evidência científica amplamente propagadas em todos os segmentos da sociedade.

As ideias ocultas sobre a virilidade masculina também foram reforçadas e atualizadas pela narrativa do ex-presidente da República Federativa do Brasil, Jair Bolsonaro, que em suas primeiras declarações em referência à COVID-19, no dia 24 de março de 2020, expôs:

No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha, ou “resfriadinho”, como bem disse aquele conhecido médico daquela conhecida televisão. Algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, a proibição de transportes, o fechamento de comércio e o confinamento em massa" (*BBC News Brasil*, 2020, s/p).

A opção por adotar discursos negacionistas e minimizantes demonstram a irresponsabilidade institucional (e pessoal) do governo federal e do presidente da república, que através de discursos pseudocientíficos estimula o descaso com a pandemia, concepções e comportamentos obscurantistas e arbitrários e que estão vinculados às ideias de imunidade que fazem parte do imaginário masculino, como destacam Medrado e colaboradores (2021, p. 182):

Não por acaso, como noticiado pela imprensa brasileira, que o presidente Jair Bolsonaro disse, em pronunciamento público, que é preciso enfrentar o problema “como homem, pô, não como moleque”, em um passeio pelo comércio de Brasília e cidades vizinhas, na manhã do dia 29/03/2020, “contrariando mais uma vez o [então] ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, e autoridades médicas de todo o mundo que defendem o isolamento social contra o novo coronavírus.

O discurso das autoridades públicas governamentais claramente favorável a flexibilizar as medidas sanitárias em absoluto desacordo com as recomendações dos órgãos máximos de controle da pandemia como a própria Organização Mundial da Saúde pode ser configurada como "formação discursiva de identidade", característica da masculinidade hegemônica (PROCÓPIO; VIANA, 2019). O exame ao qual pretendemos, busca identificar estes significados da masculinidade presentes de forma explícita ou não nas manifestações políticas, jurídicas e midiáticas que parecem ter sido “normalizadas”, ou seja, não estiveram sequer sob o crivo do julgamento crítico, indignação, cerceamento e censura.

Os ataques às orientações e recomendações sanitárias determinadas pelos organismos internacionais de saúde no controle da pandemia foram continuamente desferidos pelos posicionamentos do então Presidente do Brasil, reforçando a

concepção da masculinidade hegemônica, que desresponsabiliza a figura masculina pelo cuidado em saúde.

As reflexões oriundas da pesquisa empírica, sejam elas advindas das oficinas realizadas como dos grupos focais, reiteram a concepção adotada como categoria central nesta dissertação a *masculinidade hegemônica*. Neste sentido, apreender como se constitui; como se manifesta; como é perpassada nas relações sociais no exercício do poder masculino e da submissão feminina, suas contradições; a exacerbação destes papéis levados a cabo durante a pandemia torna-se passível de verificação e constatação por meio da realidade captada dos relatos, das falas das vivências dos jovens inseridos nas Escolas, onde ocorreram as oficinas e grupos focais.

Dessa maneira, é coerente afirmar que o modo como foram vivenciados e percebidos os diversos efeitos da pandemia, foi atravessado e determinado pela presença do marcador social de gênero, que é definidor na construção e manutenção das dinâmicas presentes nas relações entre pares. A atribuição de papéis diferentes a serem exercidos por homens e mulheres está diretamente atrelada às concepções que a população tem a respeito de como devem se portar homens e mulheres na sociedade, que têm em seu alicerce, ideias vinculadas ao modelo hegemônico de masculinidade, que ainda é predominantemente presente na mentalidade da população, e principalmente, dos homens.

A investigação realizada revelou também que a pandemia fez manifestar novas formas de serem expressas a masculinidade hegemônica e das desigualdades de gênero em contextos especificamente relacionados às vivências dos jovens, como grupo marcado por características específicas deste período da vida.

Com o fechamento das escolas e o cumprimento do distanciamento social, os jovens tiveram seus modos de vida marcados pela perda significativa de possibilidade de circulação e exercício da vida social, fato que os sujeitou a experienciar de maneira mais intensa, os efeitos das desigualdades de gênero em seus cotidianos, que se deram a partir do cerceamento da liberdade, por exemplo, como é possível observar nos seguintes relatos advindos da realização do grupo focal:

Pesquisador não identificado: “Vocês notam diferenças em relação ao controle que familiares exercem ou não em relação ao comportamento de filhas e filhos na pandemia? (pode ser na sua família ou em famílias conhecidas)

Aluno não identificado: “Percebi que os pais dessa minha amiga quase nunca cobraram o filho por estar saindo durante a pandemia e etc. Por outro lado,

às vezes minha amiga dizia que não iria fazer tal coisa porque a mãe havia dito que ela não podia, enquanto seu irmão saía sem problemas. Aqui eu já percebo um controle que acontece de forma diferente.” (Transcrição de grupo focal realizado com alunos de Ensino Médio de colégios distintos).

Conferiu-se a ocorrência desta mesma dinâmica também nas falas de outra jovem, durante sua participação no grupo focal:

Pesquisador não identificado: “Vocês notam diferenças em relação ao controle que familiares exercem ou não em relação ao comportamento de filhas e filhos na pandemia? (pode ser na sua família ou em famílias conhecidas)

Aluna não identificada: “Sim, acho que tem uma diferença muito grande; eu tenho um amigo de infância da minha idade e nossos pais são amigos, meus pais apoiam ele poder sair com os amigos, enquanto comigo não é tão simples assim, ou também tem uma certa dó de ele fazer os serviços de casa enquanto pra mim sempre foi uma obrigação normal.” (Transcrição de grupo focal realizado com alunos do Ensino Médio de colégios distintos).

Nos excertos expostos, vemos como existem discrepâncias no controle que os pais exercem sobre seus filhos, a depender se são meninos ou meninas. A maior liberdade concedida à jovens garotos, em oposição ao cerceamento do convívio social e a maior responsabilização pelo cuidado que é conferida às meninas é também um indicador da atuação da masculinidade hegemônica no cotidiano dos jovens, à medida que reflete a tentativa de exercer maior autoridade sobre as figuras femininas. Pode ser citado também, a valorização da participação social dos meninos, em detrimento à das meninas, que denota a concepção de que a mulher pertence ao privado, enquanto ao homem cabe o espaço público.

## **7. Considerações finais**

No percurso da pesquisa foi possível investigar, observar, examinar e buscar compreender e explicar as relações entre a questão do gênero de modo geral e, em especial, o padrão de comportamento respaldado pelo que se denominou masculinidade hegemônica. Esta compreensão permitiu analisar esta condição dos gêneros - masculino e feminino - as possíveis assimetrias e contradições; como o contexto pandêmico influenciou as relações e atribuições entre os gêneros; como a juventude foi impactada por esta realidade.

Nesta direção, a pandemia da COVID-19 atingiu mais duramente a população pobre e vulnerável, agudizando as expressões da realidade apresentadas pelos marcadores sociais da diferença, ou seja, o impacto do fechamento de estabelecimentos do mercado de trabalho, o isolamento social sobre a deterioração

de postos de trabalho, afetando principalmente a mão de obra mais desqualificada, cujo efeito foi a redução da renda domiciliar; a diminuição da participação das mulheres na força de trabalho, em grande parte devido aos papéis sociais de gênero que aumentaram o trabalho doméstico não remunerado das mulheres e os encargos educacionais infantis durante a suspensão das atividades escolares das crianças; somou-se a exigência com o “cuidado” que o novo regramento de medidas para a proteção e combate à contaminação da COVID-19 significou de sobretrabalho a cargo das mulheres.

Além destes aspectos a pandemia pode se configurar como elemento disparador do comportamento masculino hegemônico na medida em que reforçou as desigualdades de gênero, aprofundando as assimetrias pré-existentes nas relações domésticas e sociais, agravando-as. De um lado, a sobrecarga do trabalho feminino com o cuidado e, de outro, a negligência do autocuidado masculino constituem as duas faces de uma única realidade permeada por contradições e paradoxos. Esta realidade gera mais desigualdade e estimula as relações de poder, de força e violência. Em pleno século XXI a sociedade brasileira é recorde em feminicídios<sup>8</sup>, o que nos parece dizer muito a respeito deste tema.

A escola, como espaço onde ocorre a discussão das ideias, o debate e a exposição da realidade destes jovens, caracteriza-se por ser o ambiente da vida social dos sujeitos da pesquisa de campo que acolhe, facilita e promove o debate, a discussão em torno da identificação dos comportamentos, valores e princípios reiteradores de preconceito, discriminação, violência entre outros, ao mesmo tempo, em que a terapia ocupacional social com aporte técnico e instrumentos capazes de fomentar um ambiente mais crítico, criativo e facilitador, capaz de conduzir os jovens a refletir e reconhecer a sua realidade criticamente.

Neste contexto o terapeuta ocupacional se torna um agente de transformação, empregando seus saberes para fortalecer uma consciência intencionada para a leitura crítica da dialética social e das possibilidades e limitações em torno da inserção social

---

<sup>8</sup> “O Brasil bateu recorde de feminicídios no primeiro semestre de 2022. De acordo com dados publicados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 699 casos foram registrados entre janeiro e junho, o que representa uma média de quatro mulheres assassinadas por dia. Os dados foram coletados com as pastas estaduais de Segurança Pública e representam somente os crimes que chegaram a ser registrados”. Fonte: Assessoria de Comunicação do Instituto Brasileiro de Direito da Família IBDFAM. In: <https://ibdfam.org.br> consultado em:

da população-alvo da intervenção, a partir do uso estratégias que favoreçam o desenvolvimento de uma curiosidade crítica e da problematização dos sujeitos e de suas relações com o mundo.

Utilizando de Oficinas e grupos focais como recurso mediador para aproximação, acompanhamento, captação de reivindicações e fortalecimento dos sujeitos singulares e plurais presentes, as intervenções terapêutico-ocupacionais podem possibilitar o encontro com o objetivo de articular a busca pela transformação social através de práticas coletivas e individuais, atendendo suas necessidades no nível micro e macro social (LOPES et al. 2014).

Em acordo com Freire (1987), o fazer grupal, constituinte das ações da terapia ocupacional social no âmbito da juventude e da escola, pode se colocar enquanto uma práxis para a liberdade, enquanto de fato representar um ambiente de trocas, reflexões e buscar por transformações do cotidiano dos sujeito para “[...] defesa da autonomia, da cidadania e do direito e pela busca de novas estratégias de construção e/ou fortalecimento dos coletivos” (GALHEIGO, 2016, p. 65), que vivenciam limitações de cotidiano e inserção social, apropriando-se desse espaço crítico, político e democrático para fomentar a possibilidade de mudança (FREIRE, 2013).

A criação de espaços e estratégias que viabilizem a discussão e reflexão entre pares de forma a potencializar novas formas de pensar e, também de construir leituras mais críticas em relação às desigualdades de gênero presentes nas relações juvenis e escolares; à maneira como é compreendido e exercido o papel do homem na sociedade e aos efeitos do exercício de uma determinada ideia de masculinidade, configurou-se como intervenção potente para busca de ampliação dos repertórios de possibilidades para a superação de barreiras que impedem a participação social e para a promoção da justiça social, apoiada nas elaborações teóricas e práticas da terapia ocupacional social (FARIAS & LEITE JUNIOR, 2021; FREIRE, 2013).



## 8. Referências bibliográficas

ALMEIDA, M. B., et al. **A construção do gênero no espaço escolar: um olhar sobre as práticas pedagógicas em uma escola da rede municipal de campina grande (PB)**. Anais V CONEDU. Realize Editora, Campina Grande, 2018.

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. M. Indicadores de desigualdade de gênero no Brasil. **Mediações**, Londrina, v. 18, n. 1, p. 83-105, 2013.

BASTOS, V. A. W.; ARAÚJO, P. N. V. A realidade do trabalho feminino nos tempos da pandemia de COVID-19 no Brasil. **Revista Contemporânea**, v. 2, n. 5, p. 845-863, 2022.

BARROS, D. D.; GHIRARDI, M. I. G.; LOPES, R. E. Terapia Ocupacional Social. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 95-103, 2002.

BARROSO, H. C.; GAMA, M. S. B. A crise tem rosto de mulher: como as desigualdades de gênero particularizam os efeitos da pandemia do COVID-19 para as mulheres no Brasil. **Revista do CEAM**, v. 6, n. 1, p. 84-94, 2020.

BATISTA, G. Entre o distanciamento físico e o lockdown: a solidariedade como práxis em tempos de pandemia. **O que nos faz pensar**, v. 29, n. 46, p. 152-162, 2020.

BBC News Brasil. (2020, 27 de novembro). **2 momentos em que Bolsonaro chamou covid-19 de 'gripezinha', o que agora nega**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>

BOTTOM, F. B. Considerações críticas acerca das teorias de Raewyn Connell e Judith Butler para o estudo das masculinidades. **Crítica histórica**, v. 11, n. 22, p. 11-37, 2021.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, P.; SAINT-MARTIN, M. As categorias do juízo professoral. In P. Bourdieu, **Escritos da educação**. Petrópolis: Vozes, p. 185-216, 2008.

BOURDIEU, P. **Homo academicus**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2017

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 26, p. 329-376, 2006.

BRAZ, L. G. O.; LEITE JUNIOR, J. D.; BORBA, P. L. O. Expressões de gênero no processo de cuidado e prevenção durante a pandemia do COVID-19: contribuições da e para a Terapia Ocupacional Social. **Cadernos Brasileiros De Terapia Ocupacional**, São Carlos, 30(spe), e3118, 2022.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. Desdiagnosticando o gênero. **Physis**, v. 19, n. 1, p. 95-126, 2009.

CARMONA, S. M. **Unpaid Care Work, Poverty and Women's Human Rights: Challenges and Opportunities for the Post-2015 Agenda**, v. 13, Cidade do México, 2013.

CARVALHO, J.; PERES, A. N. Justiça social e educação: A pertinência da pedagogia crítica de Paulo Freire. **Educação, Sociedade & Culturas**, v. 56, p. 101–118, 2020.

CARVALHO, M. E. P. Pierre Bourdieu. **Revista Ártemis**, v. 1, 2004.

CARVALHO, M. **A escola e as desigualdades de género: Percepções de discentes do ensino secundário.** (Dissertação de Mestrado). Coimbra: Faculdade de Psicologia e da Educação, 2010.

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL. **América Latina y el Caribe ante la pandemia del COVID-19 - Efectos económicos y sociales. (Informe especial COVID-19).** Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, 2020.

CONNELL, R. W. **Masculinities: knowledge, power and social change.** Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1995.

CONNELL, R. W. Gender politics for men. **International Journal of Sociology and Social Policy**, v. 17, p. 62-77, 1997.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade Hegemônica: repensando o conceito. **Rev. Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, 2013.

CORDEIRO, A. F. M.; BUENDGENS, J. F. Preconceitos na escola: sentidos e significados atribuídos pelos adolescentes no ensino médio. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, v. 16, n. 1, p. 45-54, jan./jun, 2012.

DE CARLO, M. M. R. P.; BARTALOTTI, C. C. **Terapia ocupacional no Brasil: fundamentos e perspectivas.** São Paulo: Plexus Editora, 2001.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, dic. 2003

DEL PRIORE, M. L. M. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Unesp, 1997.

FARIAS, M. N.; LOPES, R. E. Terapia ocupacional social: formulações à luz de referenciais freireanos. **Cadernos Brasileiros De Terapia Ocupacional**, v. 28, n. 4, p. 1346–1356, 2020.

FARIAS, M. N.; LEITE JUNIOR, J. D. Vulnerabilidade social e Covid-19: considerações com base na terapia ocupacional social. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, 29, e2099, 2021.

FAUSTINO, D.; GONÇALVES, R. A. A nova pandemia e as velhas relações coloniais, patriarcais e racistas do capitalismo brasileiro. **Lutas Sociais**, v. 24, n. 45, p. 275-289, 2020.

FERREIRA, R. G. G. **Diversidade sexual na escola: sobre silêncios e preconceitos**. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação Ensino em Ciências da Saúde da Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada, Santos, 2020.

FIORI, J. L. Ontem, hoje e 2030: tendências do sistema mundial — com ênfase na América do Sul. In FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **A saúde no Brasil em 2030 - prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: desenvolvimento, Estado e políticas de saúde** [online]. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, v. 1, p. 197-230, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.**

São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **À sombra desta mangueira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FURTADO, L. A. C., et al. Caminhos metodológicos de pesquisa participativa que analisa vivências na pandemia de COVID-19 em populações vulneráveis. **Saúde em Debate**, v. 44, n. 4, p. 306-18, 2020.

FURTADO, L. A. C. **Pesquisa desigualdades e vulnerabilidades na epidemia de Covid-19: monitoramento, análise e recomendações.** São Paulo: Unifesp, Fundação Tide Setubal. E-book, 2021.

GALHEIGO, S. M. Terapia ocupacional social: uma síntese histórica acerca da constituição de um campo de saber e prática. In R. E. Lopes & A. P. S. Malfitano (Eds.), **Terapia ocupacional social: desenhos teóricos e contornos práticos.** São Carlos: EdUFSCar, p. 49-68, 2016.

GOHN, M. G. Movimentos pela educação no Brasil. **Crítica Educativa**, v. 2, n. 1, p. 9–20, 2016.

GOHN, M. G. Teorias sobre a participação social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais. **Caderno CRH**, v. 32, n. 85, p. 63–81, 2019.

GOMES, R. (2003). Sexualidade masculina e saúde do homem: proposta para uma discussão. **Ciência e saúde coletiva**, v. 8, n., p. 825-829, 2003.

GROPPO, L. A.; COUTINHO, S. C. A práxis da educação popular: considerações sobre sua história e seus desafios diante da consolidação do campo das práticas socioeducativas. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, MG, v. 12, n. 2, p. 20-33, 2013.

GROPPO, L. A. Teorias críticas da juventude: geração, moratória social e subculturas juvenis. **Em Tese**, v. 12, n. 1, 2015.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

KEIJZER, B. Hasta donde el cuerpo aguante: género, cuerpo y salud masculina. **Revista la Manzana**, v. 1, n. 1, 137-152, 2006.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595–609, 2007.

LIMA E SOUZA, A. M. F., ANDRADE, F. L. Gênero e Cuidado em tempos de pandemia – reflexões em perspectiva interseccional. **Revista Feminismos**, v. 8, n. 3, 2021.

LOPES, R. E.; SILVA, C. R. O campo da educação e demandas para a terapia ocupacional no Brasil. **Revista De Terapia Ocupacional Da Universidade De São Paulo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 158-164, 2007.

LOPES, R. E. et. al. Oficinas de atividades com jovens da escola pública: tecnologias sociais entre educação e terapia ocupacional. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 15, n. 36, p. 277-288, 2011.

LOPES, R. E., BORBA, P. L. O., MONZELI, G. A.. Expressão livre de jovens por meio do Fanzine: recurso para a terapia ocupacional social. **Saúde e Sociedade**, v. 22, p. 937-948, 2013.

LOPES, R. E., et al. Recursos e tecnologias em Terapia Ocupacional Social: ações com jovens pobres na cidade. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v. 22, n. 3, p. 591-602, 2014.

LOPES, R. E.; MALFITANO, A. P. S. Traçados teórico-práticos e cenários contemporâneos: a experiência do METUIA/UFSCar em terapia ocupacional social.

In R. E. Lopes; A. P. S. Malfitano (Orgs.), **Terapia ocupacional social: desenhos teóricos e contornos práticos**. São Carlos: EdUFSCar, p. 297-305, 2016.

MACHADO, M. S.; BERTOLIN, P. T. M.; ANDRADE, D. M. As mulheres e as tarefas de cuidado no contexto da pandemia de COVID-19 no Brasil: (não) divisão das responsabilidades parentais e o homeschooling. **Rev. faculdade mineira de Direito**, v. 24, n. 47., 2021.

MALFITANO, A. P. S. Contexto social e atuação social: generalizações e especificidades na terapia ocupacional. In R. E. Lopes; A. P. S. Malfitano (Eds.), **Terapia ocupacional social: desenhos teóricos e contornos práticos**. São Carlos: EDUFSCar, p. 117-134, 2016.

MARQUES, J. S. M.; GOMES, R.; NASCIMENTO, E. F. Masculinidade hegemônica, vulnerabilidade e prevenção ao HIV/AIDS. **Ciência e saúde coletiva**, v. 17, n. 2, p. 511-520, 2012.

MEDRADO, B., et al. Homens e masculinidades e o novo coronavírus: compartilhando questões de gênero na primeira fase da pandemia. **Ciência e saúde coletiva**, v. 26, n. 1, p. 179-183, 2021.

MELO, L.; GONÇALVES, E. Diferença e interseccionalidade: notas para pensar práticas em saúde. **Revista Cronos**, v. 11, n. 2, 2012.

MELO, K. M. M; MALFITANO, A. P. S; LOPES, R. E. Os marcadores sociais da diferença: contribuições para a terapia ocupacional social. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 28, n. 3, p. 1061-1071, 2020.

MIRANDA, A. **Marcadores Sociais: o conceito na construção de políticas públicas**. CLP - Centro De Liderança Pública, 2021.

MONTEIRO, M. P. G., et al. A educação e a justiça social na superação das desigualdades sociais. **Revista UFG**, v. 20, n. 26, 2020.

NASCIMENTO, A. R. A., et al. Masculinidades e práticas de saúde na região metropolitana de Belo Horizonte - MG. **Saúde e sociedade**, v. 20, n. 1, p. 182-194, 2011.

NOGUEIRA, C. G. M.; MIRANDA, M. H. G. A (re)produção das masculinidades hegemônicas: homens, famílias populares e violações dos direitos humanos. **Revista Interritórios**, v. 3, n. 5, p. 120-140, 2017.

OLIVEIRA, A. L. A espacialidade aberta e relacional do lar: a arte de conciliar maternidade, trabalho doméstico e remoto na pandemia da COVID-19. **Revista Tamoios**, v. 16, n. 1, p. 154-166, 2020.

PAN, L. C.; LOPES, R. E. Ação e formação da terapia ocupacional social com os jovens na escola pública. **Cadernos Brasileiros De Terapia Ocupacional**, v. 30, e2810, 2022.

PERALVA, A. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, 1997.

PEREIRA, B. P.; BORBA, P. L. O.; LOPES, R. E. Terapia ocupacional e educação: as proposições de terapeutas ocupacionais *na* e *para* a escola no Brasil. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 29, e2072, 2021.

PEREIRA, M. J.; GAMAS, L. C. Redes sociais, masculinidade hegemônica e violência: o machismo como elemento (des) civilizacional no Brasil. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, v. 8, n. 17, p. 215-234, 2021.



PROCÓPIO, M. R., VIANA, J. P. T. F. Masculinidades, direitos e políticas públicas no contexto da COVID-19. **Rev. Furis Unioledo**, v. 6, n. 1, p. 53-68, 2021.

REIS, A. P., et al. Desigualdades de gênero e raça na pandemia de COVID-19: implicações para o controle no Brasil. **Saúde Debate**, v. 44, (esp. 4), p. 324-340, 2020.

RITTINER, M. E. N. A construção do ser masculino. **Revista Intratextos**, v. 2, p. 77-92, 2011.

SANTOS, D. F., et al. Masculinidade em tempos de pandemia: onde o poder encolhe, a violência se instala. **Saúde e Sociedade**, v. 30, n. 3, 2021.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995

SENNET, R. **Respect: The formation of character in an age of inequality**. Reino Unido: Penguin Books, 2004.

SEPARAVICH, M. A.; CANESQUI, A. M. Saúde do homem e masculinidades na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: uma revisão bibliográfica. **Saúde e sociedade**, v. 22, n. 2, p. 415-428, 2013.

SILVA, A. C. C.; OLIVER, F. C. Participação social em terapia ocupacional: sobre o que estamos falando? **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 27, n. 4, p. 858–872, 2019.

SILVA, A. C. C.; OLIVER, F. C. A participação social como um caminho possível para a justiça social e ocupacional. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, 30(spe), e3081, 2022.

SILVA, J. M. S.; CARDOSO, V. C.; ABREU, K. E.; SILVA, L. S. A feminização do cuidado e a sobrecarga da mulher-mãe na pandemia. **Revista Feminismos**, v. 8, n. 3, 2021.

SILVA, F. C. The matrix: a aventura da formação no mundo tecnologizado. **Educ. Soc.**, v. 28, n. 101, p. 545-61, 2007.

SILVA, M. J.; MALFITANO, A. P. S. Oficinas de atividades, dinâmicas e projetos em Terapia Ocupacional Social como estratégia para a promoção de espaços públicos. **Interface**, v. 25, (E200055), 2021.

SOUZA, L. M. O conceito de habitus e campo: princípios que sustentam o ethos docente da educação profissional agrícola. In **Anais Do II Colóquio Nacional - A Produção Do Conhecimento Em Educação Profissional**, 1–11, 2013.

VAZQUEZ, A. S. **Filosofia da Praxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

VENCATO, A. P. A diferença dos outros: discursos sobre diferenças no curso Gênero e Diversidade na Escola da UFSCar. **Contemporânea**, 4(1), 211-229, 2014.

VIEIRA, P. R.; GARCIA, L. P.; MACIEL, E. L. N. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela? **Revista Brasileira de Epidemiologia**, 23(E200033), p. 1-5, 2020.

XIMENES, D. **Dicionário de verbetes: Vulnerabilidade social**. GESTRADO - UFMG: Grupo de estudos sobre política educacional trabalho docente, 2023.